



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A CULTURA DA PAZ NO PENSAMENTO DE
FIDELINO DE FIGUEIREDO**

Joana Cristina Lucas Caeiro Lourinho

Orientação: Prof. Dr. Silvério da Rocha-Cunha

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A CULTURA DA PAZ NO PENSAMENTO DE
FIDELINO DE FIGUEIREDO**

Joana Cristina Lucas Caeiro Lourinho

Orientação: Prof. Dr. Silvério da Rocha-Cunha

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Évora, à biblioteca desta Universidade, ao registo civil de Évora a disponibilidade.

Agradeço aos professores da Universidade de Évora por todos os conhecimentos adquiridos. Em especial, agradeço ao Prof. Silvério, meu orientador desta tese, pelo tempo disponível, esforço e perseverança para esta tese chegar ao termo final.

Agradeço a todos os meus colegas dos curso de mestrado pelo apoio.

Agradeço aos meus familiares pela esperança depositada.

A CULTURA DA PAZ NO PENSAMENTO DE FIDELINO DE FIGUEIREDO

Resumo: O presente trabalho pretende abordar o tema da cultura da paz na perspectiva do autor português, Fidelino de Figueiredo. A sua visão encontra-se centrada no início do séc. XX, quando ocorreram as duas Guerras Mundiais. Este autor escreveu vários ensaios onde discute os problemas culturais que surgiram depois das guerras, assim como propõe soluções para ultrapassar o perigo de se iniciarem novas guerras. Realizou-se desta forma um estudo profundo dos seus dois livros: *Ideias de Paz* e *Entre dois Universos*, de forma a serem analisados dentro da disciplina de relações internacionais. Trata-se de um tema que, deste ponto de vista, ainda não foi abordado anteriormente. O tema da cultura da paz é analisado neste trabalho, fazendo a comparação da opinião de Fidelino de Figueiredo com outros autores e retirando aspetos da sua atualidade.

Palavras-chave: Fidelino de Figueiredo; Cultura da Paz; Ensaios.

THE CULTURE OF PEACE IN THE THOUGHT OF FIDELINO DE FIGUEIREDO

Abstract: This study addresses the issue of culture of peace in the perspective of the Portuguese author, Fidelino de Figueiredo. His vision is focused at the beginning the two World Wars happened. This author has written several essays which discusses the cultural problems that arose after the wars, as well as proposed solutions to overcome the danger of starting new wars. Was performed in this way a deep study of his two books *Ideas Peace* and *Between two Universes* in order to be analysed within the subject of international relations. This is a topic that, from this point of view, was not previously addressed. The theme of the culture of peace is analysed in this paper, by comparing the opinion of Fidelino de Figueiredo with other authors and removing aspects of its actuality.

Key-words: Fidelino de Figueiredo; Culture of Peace; Rehearsals.

Índice

Introdução	6
1.Quem foi Fidelino de Figueiredo	8
1.1.Obra de Fidelino de Figueiredo	11
1.2.Noção de cultura para Fidelino de Figueiredo	15
1.3.Noção de cultura nas ciências sociais	18
2.Cultura intervalar	21
3.Paralelismo entre Edward Carr e Fidelino de Figueiredo	25
4.Contextualização da época em que viveu	35
4.1. Consequências da realização da I Guerra Mundial	43
4.2.Explicações para o fracasso dos acordos	48
5.A marcha da História	
5.1.O modelo vestefaliano	52
5.2.As crenças da época	54
5.3.A crise da bomba atômica	59
5.4.Principais problemas da época	69
6.Atualidade do pensamento de Fidelino de Figueiredo	76
7.Capítulo Conclusivo	91
8.Cronologia	95
9.Referências Bibliográficas	96

“É preciso compreender que Fidelino de Figueiredo
sempre fora dotado de curiosidade universal.
De resto, um de seus objectivos foi bater-se sempre pela mais estreita
solidariedade de Portugal com o mundo, afirmando com certa graça,
mas sempre a falar a sério, que o território nacional mais não tem sido
do que um cais de embarque para o português repartir a alma em
pedaços pelo mundo.”

(Temístocles Linhares, *Requiem para Fidelino de Figueiredo*, Coimbra, 1967)

INTRODUÇÃO

O tema da cultura da paz é abordado no presente trabalho tendo em conta a perspectiva do autor português, Fidelino de Figueiredo.

A delimitação deste tema encontra-se situada no período de vida deste escritor, que viveu no início do século XX, sendo estudado essencialmente entre os anos 1914 a 1946.

Quanto à referência geográfica do trabalho, podemos considerar que abrange não só a situação ao nível nacional, quanto à sua posição no mundo, mas também ao nível europeu, quanto aos acontecimentos das duas Grandes Guerras e ao nível internacional, quanto à repercussão destes acontecimentos no mundo e formação de novas ameaças à paz.

No início do século XX, encontramos uma Europa no auge do seu poder. Através dos seus impérios coloniais a Europa repartia o mundo em várias partes. A sua civilização era o modelo para toda a parte. As descobertas científicas do séc. XIX, tinham trazido bem-estar e progresso cultural, tornando a vida mais cómoda. Contudo, avizinhava-se um período terrível na história causada pelas guerras que sucederam entre 1914 a 1945. Nunca antes se tinha conhecido tanta devastação de terras e de homens.

Tendo em conta a grande agitação mundial que se viveu nesta fase, o autor questiona-se sobre a crise da cultura europeia. Pretendemos desta forma saber, qual a opinião do escritor sobre a cultura da paz. Acredita o autor na possibilidade de uma paz mundial, depois de ter presenciado duas Guerras Mundiais? Se esta paz ainda é possível, quais são as soluções que o autor apresenta para a paz no mundo?

O tema apresentado neste trabalho constitui um desafio, pois a obra deste autor ainda não foi analisada no âmbito das relações internacionais. Importa salientar que não existe nenhum estudo comparativo, nem trabalho editado que aborde a perspectiva deste autor sobre a cultura da paz nas relações internacionais.

De referir também que existem poucos trabalhos editados sobre este autor, constituindo este facto um lapso no panorama literário nacional.

Para a elaboração do trabalho, houve essencialmente recurso a fontes bibliográficas disponíveis em suporte papel e em suporte digital.

Deste modo, o trabalho encontra-se elaborado do seguinte modo: num primeiro capítulo encontra-se a identificação do autor, enquadramento da época em que viveu e referência às duas obras mais indicadas para a elaboração deste texto (*Ideais de Paz* e *Entre dois Universos*). Note-se que dentro da vasta publicação do escritor, estes dois livros são aqueles que fazem referência ao período do presente estudo, por isso, o seu recurso frequente. Num segundo capítulo, faz-se a interpretação da noção de cultura intervalar para o autor. Num terceiro capítulo, faz-se referência ao período entre as duas Guerras Mundiais, tendo em conta a comparação do seu ensaio (cultura intervalar) com a obra de Edward Carr (*Vinte Anos de Crise*). Num quarto capítulo, faz-se uma contextualização da sua época, tendo em conta as características e consequências da I Guerra Mundial, assim como o fracasso dos acordos. Num quinto capítulo, são analisados os factos após a II Guerra Mundial e a interpretação realizada pelo autor. Por último, procede-se a uma análise do pensamento do autor no âmbito da cultura de paz, tentando perceber as semelhanças ou diferenças em relação à atualidade.

Pretendemos, desta forma, elaborar um trabalho que tenha relevância e interesse para o estudo das relações internacionais.

1. Quem foi Fidelino de Figueiredo

A vida de Fidelino de Figueiredo foi muito rica e diversificada. Para isto contribuiu o facto de ter desempenhado funções de relevo em bibliotecas e universidades (algumas delas espalhadas pelo mundo), assim como a sua passagem (ainda que breve) pela vida política. A época em que viveu foi marcada por grandes transformações a vários níveis, despertando a sua curiosidade para a compreensão dos acontecimentos que se passavam à sua volta. Passou por períodos da história que marcaram a vida política e social de Portugal. O autor viveu a queda da monarquia, a implantação da república e a instalação da ditadura. Para além disso, a sua época foi marcada a nível internacional por grandes acontecimentos que transformaram o modo de vida das pessoas, provocados por duas Grandes Guerras Mundiais.

Dado que existem ainda poucas referências bibliográficas à sua obra, a descrição que de seguida se apresenta pode não corresponder a uma visão abrangente da sua vida, contudo representa um relato fiel dos factos da sua vida, tendo em conta os dados publicados.

Fidelino de Figueiredo foi historiador, filósofo, professor e ensaísta, vivendo entre 1889 e 1967. Conclui os estudos em ciências histórico-geográficas na faculdade de letras de Lisboa, em 1910. De seguida dedica-se à “atividade intelectual destinada a uma revisão da cultura do seu país e à integração na vanguarda da cultura europeia”¹, em particular, dedica-se à reforma dos estudos literários publicando uma série de importantes obras entre 1912 a 1928. Teve uma curta passagem como deputado no parlamento e dirigiu a biblioteca nacional de Lisboa, em 1918. Em 1926, tendo-se envolvido num movimento de oposição ao governo, foi preso e deportado para Angola, donde saiu para Espanha. O período entre o movimento militar de 28 de Maio e o advento do Estado Novo em 1933-1934, foi um dos mais agitados e politicamente complexos da nossa história do séc. XX. A partir deste momento, dedica-se

¹ A. Amora, *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, p.53.

exclusivamente aos seus cursos e conferências e à sua obra literária. Isto permitiu-lhe viajar pelos Estados Unidos e Brasil.

A sua obra literária é vasta compreendendo vários períodos de intensidade intelectual e científica, que decorrem entre o período de 1930 a 1950. Podemos distinguir quatro diferentes direções no seu trabalho. No primeiro, encontramos uma escrita em ensaio onde interpreta os mais importantes aspectos da contemporaneidade. No segundo, encontramos escritos sobre a história literária de Portugal. No terceiro, monografias sobre grandes autores portugueses. No quarto, uma autobiografia espiritual.

Faleceu em 1967, deixando a sua biblioteca, documentos e autógrafos, por doação, à faculdade de letras da Universidade de Lisboa.

É na fase final da sua vida, em 1966, que o autor elabora o livro *Ideias de Paz*, que corresponde ao período de 1930 a 1943, “na qual repensa ideias anteriores, introduz novas temáticas e busca uma síntese derradeira”².

Fidelino de Figueiredo tinha uma grande sensibilidade para interpretar os factos históricos, mas também uma aguda sensibilidade literária devido ao seu “espírito dotado de abstração e a especulação de factos e problemas literários e espírito filosófico”³. A sua preocupação com o desenvolvimento dos factos históricos, quer nacionais quer internacionais, são mais abordadas nos livros *Ideias de Paz* e *Entre Dois Universos*, razão pela qual são mais referidos nesta tese.

O género literário que melhor o identifica é o ensaio, pois permite “assegurar o equilíbrio entre os elementos emocionais e subjetivos (...) e a capacidade de gerar conhecimento intuitivo”⁴. Sílvio Lima caracteriza este género literário no seu livro *Ensaio sobre a essência do ensaio*. Enumera como principais características do ensaio, a atitude crítica, a liberdade pessoal, a vivência experimental, a universidade e a relação com a ciência. Através do ensaio, Fidelino de Figueiredo busca a razão de ser das coisas, tentando torná-las mais inteligíveis.

² M. Carneiro, *O Pensamento Filosófico de Fidelino de Figueiredo*, p.11.

³ A. Amora, *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, p.37.

⁴ M. Carneiro, *O Pensamento Filosófico de Fidelino de Figueiredo*, p.185.

Ao abordar o tema da cultura da paz sobre o pensamento deste autor, o estudo incidiu particularmente sobre duas obras: *Ideias de Paz* e *Entre dois Universos*.

O seu livro *Ideias de Paz*, foi escrito no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, de 1930 a 1943 e publicado em 1966, representando uma das suas últimas obras. Através da sua leitura confrontamo-nos com diversas expressões utilizadas pelo autor que dão singularidade à sua obra. As expressões mais características são: cultura intervalar, menoridade da inteligência, homem multitudinário. Da análise desta obra, evidenciam-se os traços de personalidade do autor, estando estes focados no grande sentido de humanidade, de serviço pelo bem e de retidão de valores. As preocupações que transmite não se limitam aos problemas nacionais, mas também ao nível do rumo da história mundial.

No livro *Entre dois Universos*, escrito em 1959, o autor remetendo para o período entre as duas guerras e após a II Guerra Mundial, faz uma crítica social com base na crise cultural que permanece desde o início da I Guerra Mundial. O autor refere-se sempre ao problema da paz no contexto da civilização mundial em geral e também ao caso particular da civilização europeia e portuguesa, destacando-se aqui ainda mais a visão global nas suas análises.

No período entre as duas guerras, o país vivia essencialmente do mundo rural, existindo uma fraca industrialização e uma classe industrial com pouca formação, que visava essencialmente o lucro.

Ao nível demográfico, podemos constatar “um dos períodos de maior pujança demográfica do séc. XX”⁵. Para este acontecimento contribuiu essencialmente, a melhoria das condições higiénico-sanitárias e das condições de vida em geral, o que se refletiu no aumento da natalidade, na diminuição da emigração e no aumento da taxa de nupcialidade.

Ocorre também neste período o êxodo rural. Nos campos viviam cerca de 70% da população nacional, mas este meio não garantia as condições de vida de toda a população sendo que uma parte via-se obrigada a fugir da miséria e do desemprego dos campos.

⁵ J. Mattoso, *História de Portugal*, p.23.

Em termos internacionais, Portugal vivia quase isolado, quer em termos económicos, quer em termos de relações internacionais. Apesar disso, a crise da Grande Depressão de 1929, refletiu-se ao nível nacional, contribuindo este acontecimento para o fomento de um ambiente comercial protecionista.

Ao nível político, o país viveu uma grande agitação entre os anos 20 e 30, com frequentes revoluções o que contribuiu para a instabilidade e precariedade. Por outro lado, este ambiente de agitação e insegurança levou a uma afirmação progressiva do regime salazarista ditatorial, culminando no seu efetivo controlo do Estado, quando Salazar é empossado chefe do Governo em 1932.

1.1.Obra de Fidelino de Figueiredo

Foi a partir da guerra de 1914-1918, que Fidelino de Figueiredo enveredou pela literatura das ideias através dos ensaios.

O ensaio é um tipo de escrita literária que obedece a vários requisitos específicos. Sílvio Lima na sua obra *Ensaio sobre a essência do ensaio* enumera as características relevantes. Para este autor podemos encontrar uma forma de escrita que “busca (...) tornar inteligíveis as coisas”⁶ através do juízo crítico. Por ensaio entende Lima que se traduz no “saber de experiências feito”⁷ sendo necessário existir uma vivência anterior para se poder escrever sobre um determinado tema. Por outro lado, Lima também refere que “o ensaio tem de ser necessariamente crítico”⁸ constituindo um auto-exercício sobre uma determinada matéria. Todos estes aspetos se podem encontrar particularmente nos livros *Ideias de Paz* e *Entre Dois Universos*. Ao nível da interpretação do ensaio, podemos referir que encontramos algumas dificuldades na sua leitura.

⁶ S. Lima, *Ensaio sobre a essência do ensaio in Obras Completas*, p.1307.

⁷ Id., *ibid.*, p.1310.

⁸ Id., *ibid.*, p.1312.

Sendo um tipo de escrita muito pessoal de cada autor, torna-se necessário em primeiro lugar conhecer bem a sua forma de pensar, para depois se perceber o que pretende transmitir.

Quanto ao nível da literatura no período de vida deste autor, constata-se alterações, apresentando características específicas. A principal tendência dos movimentos literários durante o período das duas Guerras Mundiais é a sua semelhança e aproximação à filosofia. Edward Burns chega a considerar que neste período, “em muitos casos era mesmo difícil dizer onde terminava a filosofia e começava a literatura”⁹. A filosofia de 1918 a 1953 passou por diversas correntes como a neo-ortoxia, a neo-escolástica, o existencialismo, as antidemocráticas, o neoconservantismo, apresentando-se estas apenas como alguns exemplos.

Devido às rápidas transformações que ocorreram neste período, os escritores desta fase mostravam uma grande preocupação pelo destino do homem e pelo desenrolar dos acontecimentos políticos e sociais. Comparavam a I Guerra Mundial ao início da Idade das Trevas, não em termos qualitativos, mas no sentido em que os acontecimentos posteriores deixavam poucas esperanças para acreditarem no restabelecimento da civilização.

A partir da década de 30, Burns considera que a literatura entrou numa nova fase, onde se orienta a escrita para propósitos sérios e onde o optimismo era restrito. Os escritores sentiram-se inclinados a orientar a sociedade de um modo geral, por isso, “desenvolveu-se a teoria de que a literatura devia ter um propósito sério, denunciar a baixeza, a crueldade, o barbarismo, e apontar o caminho para uma sociedade mais justa”¹⁰.

Fidelino de Figueiredo apresenta na sua obra esta tendência de orientação para um novo caminho e também de denúncia, apontando os aspetos menos bons e aqueles que deviam ser corrigidos. Revela uma preocupação permanente de acompanhamento, observação e reflexão sobre os principais acontecimentos mundiais, através de uma interpretação ensaística da contemporaneidade, marcada pela procura de soluções de paz para o mundo.

⁹ E. Burns, *História da Civilização Ocidental*, p.389.

¹⁰ Id., *ibid.*, p.391.

O seu livro *Ideias de Paz* reúne cinco ensaios com os seguintes temas: motivos de novo estilo, menoridade da inteligência, o dever dos intelectuais, interpretações e cultura intervalar.

Em “motivos de novo estilo”, datado de 1930, o autor pretende saber se há um estilo político na contemporaneidade portuguesa, concluindo pela negativa. Tinha ocorrido a queda da monarquia em 1910 e a perda de fé no liberalismo devido ao constante rotativismo dos partidos na Assembleia. Por isso, Fidelino de Figueiredo deixa uma crítica referindo algumas características essenciais da política no futuro, como “o intenso desenvolvimento da cultura técnica, uma atitude antitradicionalista, a proclamação do direito à cultura e do direito à justiça”¹¹. Esta questão preocupa o autor, por isso, deixa a mensagem da necessidade de haver em Portugal um tipo novo de humanidade através da abertura a vibrações novas. Esta tarefa cabe, no entender do autor, às novas gerações a que chama “revoadas de espírito”¹² pois são elas que contêm em sua opinião, a resolução dos novos problemas de cada época.

Em 1933, escreve “menoridade da inteligência”, onde se questiona sobre a existência de um “absoluto fluir da história”¹³. Conclui que pode haver quando o interpretador se guia por um quadro de valores permanente que se encontram acima das emoções e paixões de classe e partido. O problema centra-se no domínio da política sobre a inteligência, designando este facto de menoridade da inteligência, considerando-o contrário à natureza. Fidelino de Figueiredo chama “regime de menoridade da inteligência ao conjunto das condições criadas à atividade intelectual pelos específicos caracteres da sociedade portuguesa”¹⁴. Trata-se de uma definição que se aproxima de Kant quando este se questiona sobre o significado do iluminismo. Kant refere-se à menoridade do homem considerando-a como “a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”¹⁵. No entendimento de Fidelino de Figueiredo, traduzir-se-á na orientação da política sobre a vida das pessoas,

¹¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.27.

¹² Id., *ibid.*, p.41.

¹³ Id., *ibid.*, p.63.

¹⁴ Id., *ibid.*, p.79.

¹⁵ Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, p.11.

demarcando-se uma falta de questionamento e responsabilização que impede a evolução no contexto social e também político.

No “dever dos intelectuais”, escrito em 1936, discute este problema, assistindo simultaneamente ao desmoronamento dos valores da sociedade da sua época. Para o autor este dever traduz-se em compreender e procurar um sentido na confusão das ideias e dos valores. Perante a alteração das tradições e formas de vida e o aumento da importância da cultura técnica que se tornou fundamental para a sociedade em que viveu, tornou-se uma necessidade que estes problemas sejam discutidos por aqueles que mais se dedicam a refletir. Contudo, os intelectuais não terão a pretensão de ensinar o modo de cada um agir ou guiar a sua razão, mas apenas como refere Descartes “tão-só fazer ver de que modo procurei guiar a minha”¹⁶. A sua finalidade é ajudar a refletir, pedindo apenas alguma paciência para seguir o seu pensamento.

No ensaio “interpretações”, escrito em 1933, o autor analisa vários aspetos da sociedade contemporânea portuguesa, principalmente ao nível das ideias e compara-a com outras civilizações recorrendo também a aspetos do quotidiano como o modo de estar, a educação familiar e a cozinha. Fidelino de Figueiredo refere-se à cultura americana considerando que aquilo que mais o impressionou foi “a atitude da consciência americana sobre três problemas essenciais da vida (...): a fome, o amor e a morte”¹⁷. Contudo, o autor não se iludiu com a aparente felicidade desta cultura que se revela preocupada em ocultar a dor como modo de vida.

Por último, escreve “cultura intervalar” em 1943, onde faz uma crítica a este período da história entre as duas Grandes Guerras, referindo-se à desvalorização da dignidade humana em comparação com o desenvolvimento da ciência e da técnica. Considera por isso, uma época de equívocos onde os progressos da ciência superam os da cultura. É ainda referido, no breve prólogo que não considera este capítulo um ensaio, na definição rigorosa do termo, tendo e conta que “o autor não quis dizer tudo que a sua sensibilidade

¹⁶ Descartes, *Discurso do Método*, p.53.

¹⁷ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.222.

recolhera e não soube dizer o que realmente desejaria dizer”¹⁸, contudo, o autor expõe aqui muitas das suas angústias e receios que muito provavelmente serviram de tema para desenvolver o seu livro seguinte: *Entre Dois Universos*, escrito em 1959. Salienta-se ainda o facto do ensaio designado de “cultura intervalar”, ter originado um livro com o mesmo nome que foi publicado em 1944. O autor decide publicar este ensaio em livro, mantendo rigorosamente o mesmo conteúdo.

1.2.Noção de cultura para Fidelino de Figueiredo

Este conceito abarca diversos aspetos para Fidelino de Figueiredo, por isso, a noção que utiliza é mais abrangente.

Podemos verificar que o autor se refere a cultura relativamente ao nível político, quando fala numa “doutrina ou programa criado pelas camadas superiores do governo”¹⁹. A cultura, neste sentido, pode ser uma ideia elaborada num projeto político para uma nação, transformando e melhorando as condições das pessoas. Desde a crise do liberalismo, considera que Portugal se governa sem uma doutrina, e deveria ser a classe média a dar as bases de referência para o desenvolvimento da doutrina política. Foi a falta de um programa político para o país, que deu lugar à crise no liberalismo que teve como consequência a frequente rotação de partidos no governo. Esta falta de rumo para o país, poderia ter sido colmatada, na opinião do autor, se um grupo de pessoas esclarecidas tivesse protestado e defendido os direitos conquistados na República.

Refere-se também a cultura relativamente ao nível pessoal, relacionando esta a “um programa de vida e gosto de tal ou tal estilo de vida”²⁰

¹⁸ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.239.

¹⁹ Id., *ibid.*, p.69.

²⁰ Id., *ibid.*, p.69.

que cada um deve aplicar pessoalmente. A cultura para Fidelino de Figueiredo significa uma “determinada forma de gosto”²¹ que se reflete na vida prática de cada indivíduo quando faz opções. Cada indivíduo deve fazer as suas opções na vida afirmando a sua vontade e expondo as suas ideias, pois de contrário cairá numa situação de comodismo e menoridade que levarão à sua decadência.

A cultura sob o ponto de vista de um modo de vida, está também relacionada com o conceito de geração. Para o autor em cada época surge um conjunto de problemas que só a geração de cada tempo tem a chave da sua resolução.

Refere-se também a cultura relativamente ao nível social, com o “conjunto de ideias condutoras, o sistema de juízos e valores, de opções e preferências, que orientam uma época”²². Para o autor estas ideias vão-se refletir por sua vez, nos comportamentos e atitudes básicas do ser humano no seu dia a dia porque a cultura “é a essência da vida (...) é a filosofia feita sensibilidade (...) é hábito mental (...) é tudo o que nos forma a arte de viver, desde a maneira de andar e vestir até aos modos da conversa e da etiqueta”²³. É em sociedade que o homem se adapta ao meio e se transforma através das suas condutas.

O autor considera que a cultura tem um prazo de vida cada vez mais curto, em comparação com outros períodos da história. A cultura é em si dinâmica pois “é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução”²⁴, contudo a sucessão de acontecimentos tem vindo a aumentar exigindo uma maior rapidez na capacidade das sociedades se adaptarem.

Por outro lado, nem todos os povos criam culturas. Para o autor “criam culturas e tipos superiores de humanidade os povos que se lançam afoitamente a esse crivo doloroso da adaptação”²⁵. O autor recorda a fase dos descobrimentos portugueses como uma época de cultura, assim como vários aspetos contemporâneos da cultura americana.

²¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.256.

²² Id., *ibid.*, p.81.

²³ Id., *ibid.*, p.251.

²⁴ D. Cucho, *A noção de cultura nas ciências sociais*, p.107.

²⁵ Id., *ibid.*, p.58.

Outra característica da cultura evidenciada pelo autor é a sua intransponibilidade. Cada cultura tem por si só uma riqueza de aspectos que as diferenciam entre si, por isso, as “culturas são intransmissíveis e só se geram na independência”²⁶. A independência garante a sua plena liberdade de desenvolvimento e consolidação.

Para Fidelino de Figueiredo a criação de um tipo novo de humanidade é realizada “pela assimilação da cultura, pelo recebimento de vibrações novas”²⁷. Trata-se de um processo de abertura, em que deve haver recepção a novas correntes de pensamento e renovação de ideias.

O autor questiona-se sobre como se organiza uma cultura. Considera que é principalmente “obra do movimento da história e da inteligência livre”²⁸. Trata-se assim, de um processo incontrolável que não está na posse de controlo de nenhuma entidade, nem deve estar pois representa uma forma de liberdade de expressão humana e caso contrário poderia ser contaminada.

O papel da Universidade neste contexto prende-se com a “tarefa de conservar determinado tipo de cultura”²⁹ não estando ao seu alcance, a função de criar. A demarcação de uma cultura resulta de um processo de imitação que passa de pessoa para pessoa e que por vezes “chega a ter virulência de contágio epidémico”³⁰.

O que ninguém ainda pode explicar, na opinião do autor é como se forma esse gosto dominante. Trata-se de um aspeto que se cria em sociedades superiores contagiando as sociedades menos desenvolvidas. Por outro lado, ela surge para o autor, em determinadas épocas da história, existindo outras onde se encontra um vazio inexplicável, como foi do período entre as duas Grandes Guerras.

O autor identifica ainda outro fenómeno relacionado com a cultura do seu tempo. Constata que quando há inexistência de cultura, instala-se a menoridade. Define este termo, como o “conjunto de condições criadas à

²⁶ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.100.

²⁷ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.59.

²⁸ Id., *ibid.*, p.88.

²⁹ Id., *ibid.*, p.88.

³⁰ Id., *ibid.*, p.256.

atividade intelectual”³¹, considerando que esta definição não se refere a algo transitório, mas pelo contrário tem uma repercussão constante no tempo. O autor refere-se à falta de espírito crítico em analisar construtivamente a realidade e em pensar nas soluções para o futuro. Contudo, indiretamente aborda a influência dos regimes políticos quer a nível nacional, quer a nível internacional (regimes totalitários) para o desenvolvimento intelectual.

Em relação ao panorama nacional do ponto de vista da cultura, o autor olha para os índices estatístico e o que mais sobressai desde sempre é a pobreza, a indiferença e a distância desta sociedade às essenciais formas de vida moderna. Sem estarem asseguradas as condições mínimas de existência não é possível o homem desprender-se da menoridade.

Para haver cultura a menoridade da inteligência traduzida “no domínio da política sobre o intelectual ou do relativo sobre o absoluto”³² deverá ser ultrapassada, mas este esforço vem em primeiro lugar de cada homem e da sua decisão de se desprender duma natureza inferior. A menoridade é para o autor uma situação ilógica e contrária à natureza, pois o mais racional é a formação da cultura surgir na sociedade civil e depois influenciar as camadas políticas.

1.3.Noção de Cultura nas Ciências Sociais

Para as ciências sociais, a cultura é um processo em constante transformação e por isso está dependente da evolução dos povos. Na opinião de Cuche “a cultura é uma produção histórica e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais uns com os outros”³³.

Em relação à formação do sentido moderno da palavra, podemos verificar também que este termo já teve significados muitos distintos.

³¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.79.

³² Id., *ibid.*, p.65.

³³ D. Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais*, p.113.

O termo surge no séc. XIII designando uma parcela de terra cultivada. A palavra latina cultura referia-se aos cuidados prestados ao campo ou ao gado.

No séc. XVI, o significado muda deixando de ser um estado, para a passar a uma ação, através do saber de se cultivar a terra.

Com o tempo a palavra deixa de estar associada ao seu sentido inicial para passar a designar a formação, a educação do espírito. Foi em França, a partir do séc. XVIII, com o iluminismo, que a “cultura é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão”³⁴.

O termo cultura tem também muita proximidade com outro termo que é a civilização. Contudo, na opinião do autor Cuche, a diferença reside no facto da cultura se referir mais aos progressos individuais, enquanto a civilização, aos progressos coletivos. A civilização está em constante movimento e é definida “como um processo de melhoramento das instituições, da legislação, da educação”³⁵.

Para Fidelino de Figueiredo, a “civilização não tem nenhuma base orgânica, portanto, não se transmite hereditariamente”³⁶. A civilização constitui assim, uma coisa precária e transitória, a curto prazo, que apenas se mantém pela tradição, consistindo esta tradição para o autor num complexo quadro de instituições.

Os termos de cultura dominante e cultura dominada, são na opinião do autor Cuche pouco representativos da realidade porque como refere, o que na verdade existe são grupos sociais, que mantêm entre si relações de dominação e de subordinação.

Fidelino de Figueiredo evidencia um certo receio pelo domínio de uma cultura sobre as outras acrescentando que isso “significaria a morte de todas as outras culturas por asfixia e o impedimento de brotar de quaisquer outras”³⁷.

Para Cuche, esta situação não se coloca porque “uma cultura dominada não é forçosamente uma cultura alienada, totalmente dependente”³⁸. Significa

³⁴ D. Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais*, p.32.

³⁵ Id., *ibid.*, p.33.

³⁶ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.263.

³⁷ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.100.

³⁸ D. Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais*, p.114.

apenas que existem determinados momentos de evolução de uma cultura em que depende mais da cultura dominante, mas pode sempre rejeitar a imposição desta cultura a qualquer momento.

Hoje associamos as crises culturais, às crises de identidade. Contudo, estas duas noções não devem ser confundidas. Para Cuche, “a cultura pode existir sem consciência identitária, ao passo que as estratégias identitárias podem manipular e modificar uma cultura”³⁹.

A noção de cultura tem vindo a associar-se a outros termos, na opinião de Cuche tais como, mentalidade, espírito, tradição ou ideologia. Para o autor, hoje qualquer grupo social pode reivindicar uma cultura própria. A sociedade apropriou-se do termo e utiliza-o em variadíssimas situações como: cultura do governo, cultura de massas, cultura de empresa.

O uso desta palavra em tão grande número de situações é a causa hoje em dia, para a existência de uma certa confusão conceptual.

Apesar de tudo, a noção cultura continua a “fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos, mostrando-se a resposta ‘racial’ cada vez mais desacreditada”⁴⁰. É a cultura que permite ao homem adaptar-se ao meio, mas também adaptar-se a si próprio.

A noção de cultura abarca em si certas ambiguidades, contudo o “sentido mais lato remete para os modos de vida e de pensamento”⁴¹, e é hoje assente e compreendida. É neste sentido que a expressão cultura é aqui utilizada.

³⁹ D. Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais*, p.136.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p.23.

⁴¹ Id., *ibid.*, p.24.

2.Cultura Intervalar

O conceito de cultura intervalar é usado normalmente para identificar um determinado período de tempo entre dois acontecimentos. O autor chama “intervalar a uma coisa que vigorou durante um intervalo histórico, limitado por sucessos de larga repercussão”⁴².

Por outro lado, mais à frente no seu ensaio chamado “cultura intervalar”, datado de 1943, o autor volta a salientar que não teve dúvidas quanto ao nome atribuído a esta fase considerando-o bem colocado. Contudo, as suas dúvidas subsistem quanto à duração. Coloca a seguinte interrogação “quem sabe como e quando se fechará esse intervalo?”⁴³.

A identificação do início deste período está bem demarcada, situando-a no início da primeira Grande Guerra, no entanto não refere quando se realiza o fecho deste ciclo. A indicação que Figueiredo nos dá é que “a atmosfera cultural moderna dissolveu-se com a primeira Grande Guerra e dissolvida permanece”⁴⁴. Fidelino de Figueiredo enfatiza a dissolução no domínio da cultura no período intervalar, considerando Mário Carneiro que “daqui decorre que qualquer forma de barbárie não constitui cultura porque nega a inteligência, a interioridade, a espiritualidade e, fundamentalmente, a liberdade de cada um”⁴⁵.

Podemos concluir em relação à duração da cultura intervalar, que apesar do autor não referir claramente o momento final da fase da cultura intervalar, refere contudo que é uma fase provisória não se prolongando tanto como a era multitudinária onde ainda nos encontramos. Quando escreve o ensaio, o autor dá a entender que este período ainda não teve um desfecho e continua ainda em aberto, pois os acontecimentos históricos ainda estavam a desenrolar-se. Só a partir de 1945 quando a guerra termina, pode existir cultura. Sendo assim, podemos considerar que o intervalo histórico da cultura intervalar

⁴² F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.262.

⁴³ Id., *ibid.*, p.262.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p.252.

⁴⁵ M. Carneiro, *O pensamento filosófico de Fidelino de Figueiredo*, p.116.

corresponde ao período entre as duas Guerras Mundiais (incluindo também as guerras), abrangendo de 1914 a 1945.

Quanto às características em si deste período, o autor identifica várias, no seu ensaio “cultura intervalar” de 1943, contido no livro *Ideias de Paz*.

A cultura intervalar para Fidelino de Figueiredo tem como característica fundamental “a supressão da liberdade da inteligência, sobretudo daquela inteligência indiscreta que se aplica ao estudo, à interpretação e à crítica dos fenómenos sociais e dos índices patológicos da época”⁴⁶. Nota-se aqui uma crítica aos intelectuais do seu tempo, salientando não só a ausência de crítica mas também a falta de visão de um rumo novo para a História.

O autor identifica-o como “período suspensivo”⁴⁷ semelhante ao que existiu noutras épocas da História. Foi uma época onde se deu um “eclipse da cultura”⁴⁸, fenómeno que define como “um desequilíbrio entre o mundo moral e o intelectual e social”⁴⁹.

A primeira Guerra Mundial representou o acontecimento histórico que produziu a ruptura na cultura existente. A compreensão da “génese dessa enfermidade colectiva tem de ser procurada no súbito abaixamento da mentalidade e da ética social do homem multitudinário, na selva de ódios e rancorosas contas da Primeira Guerra Mundial”⁵⁰. Tudo isto contribuiu e provocou a mudança que se refletiu em termos sociais, económicos e políticos.

Na cultura intervalar “quase tudo foi equívoco, falso valor ou juízo transitório”⁵¹ constatando ainda o autor que “a dignidade humana desceu”⁵². Foi por isso uma fase que considera de “anticultura ou seja essa espessa floresta de equívocos, erros e falsificações”⁵³. A cultura anterior dissolveu-se provocando a diminuição da dignidade humana em comparação com a valorização do progresso na ciência e na técnica.

⁴⁶ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.267.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p.249.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p.252.

⁴⁹ Id., *ibid.*, p.252.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p.254.

⁵¹ Id., *ibid.*, p.257.

⁵² Id., *ibid.*, p.244.

⁵³ Id., *ibid.*, p.254.

Por este motivo puderam implantar-se regimes totalitários que se aproveitaram da confusão mental para se estabelecer, valorizando também os avanços tecnológicos que conferiam a possibilidade de aumentar os recursos de guerra e resolver o problema da falta de postos de trabalho.

À cultura intervalar, juntou-se a “era multitudinária”⁵⁴ que Fidelino de Figueiredo refere para designar a multidão de homens que circulam agora pelas cidades.

Após a primeira Guerra a fisionomia moral do mundo era já muito diferente da anterior. Podemos constatar nesta época o crescente individualismo através do aparecimento do homem multitudinário, que por conseguinte deu origem ao carácter multitudinário da vida moderna. Para Figueiredo, o homem multitudinário surge com o aparecimento de uma “sociedade superpopulosa, super-organizada, super mecanizada e supersolidária nos seus interesses e nos seus sentimentos”⁵⁵. O predomínio da multidão, trouxe consequências no “abaixamento do nível moral do homem médio”⁵⁶ levando ao anonimato das pessoas e ao isolamento. A resposta do indivíduo a este período foi uma atitude doentia de abaixamento da mentalidade e da ética social. O convívio que anteriormente se fazia desapareceu, colocando também em risco o desaparecimento dos laços relacionais e troca de ideias entre as pessoas. A esta transformação, Fidelino de Figueiredo considera que “a civilização, de qualitativa, torna-se quantitativa”⁵⁷.

Por outro lado, esta nova sociedade encontra-se marcada pelo desenvolvimento da técnica e pela mecanização dos métodos de trabalho que conduzem a aglomerados onde “não há liberdade, há deveres e uniformidades”⁵⁸. Por isso, esta época foi também marcada por uma vontade de servidão que se manifestou tanto no domínio social, como político.

No pensamento deste autor, este eclipse da cultura, corresponde a uma coisa provisória comparado com a “era multitudinária que é coisa de longa

⁵⁴ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.271.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p.271.

⁵⁶ Id., *ibid.*, p.243.

⁵⁷ Id., *ibid.*, p.266.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p.271.

duração”⁵⁹. As formas de organização da sociedade são aspectos que demoram a ser alterados por questões políticas e culturais.

Apesar de todo o ambiente cultural anterior às guerras ter sido destruído, este período de anticultura não foi totalmente improdutivo porque levou “o homem de inteligência livre na reflexão dos fundamentos da sua acção, da sua cultura, do sentido da vida”⁶⁰.

Podemos verificar que o autor tem uma visão abrangente dos acontecimentos mundiais, assim como, realiza previsões futuras em relação à continuação de determinados aspectos da História, que deste ponto de vista temporal podemos constatar que se confirmaram. Constatamos que a confusão mental da época intervalar foi superada, apesar de em termos culturais o mundo se ter americanizado mais, devido ao grande predomínio que este país exerce sobre os outros. Predomina ainda o que o autor considerou de “era multitudinária” pelo facto da sociedade atual se ter tornado mais complexa e se encontrar ainda submergida numa grande quantidade de procedimentos técnicos, que se por um lado nos confirmam segurança, por outro nos retiram tempo para apreciar as outras coisas da vida.

⁵⁹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.271.

⁶⁰ M. Carneiro, *O pensamento filosófico de Fidelino de Figueiredo*, p.117.

3.Paralelismo entre Edward Carr e Fidelino de Figueiredo

A comparação entre estes dois autores torna-se relevante pelo facto de ambos terem vivido na mesma época, foram historiadores e conheceram as circunstâncias deste tempo. Contudo, apesar de terem vivido na mesma época retiraram conclusões diferentes dessa conjuntura.

Podemos ainda referir que em relação à forma como caracterizam os acontecimentos da sua época, têm pontos de vista diferentes. Em Carr podemos identificar uma visão mais realista dos factos, com uma tendência pessimista sobre o decorrer da história e quanto ao futuro. Em Fidelino de Figueiredo, pelo contrário, destaca-se uma visão optimista e utópica, apresentando uma esperança no futuro apesar de ainda não se vislumbrar uma solução para os acontecimentos.

Para Carr, “a paz por si só é um fim sem sentido”⁶¹ pois apesar da situação ideal ser a ausência de guerra os Estados têm em vista manter ou aumentar os seus interesses e as suas posições económicas. Este autor não tem ilusões nesta matéria afirmando que “o pressuposto utópico de que existe um mundo interessado na paz, (...) ajudou os políticos e escritores a fugirem do facto intragável da existência de divergências fundamentais entre as nações”⁶². Contudo, a História ensinou que não é possível manter a paz sem estarem resolvidos e harmonizados os interesses dos Estados.

Por sua vez, a posição que mais se aproxima de Fidelino de Figueiredo é a corrente utópica, pela esperança que deposita no futuro, quer em termos da renovação do país, dos seus políticos e do seu povo, pela criação de um novo tipo de humanidade, quer através das novas descobertas científicas, esperando que os novos avanços da ciência tragam uma nova cultura. As palavras que melhor ilustram este seu ponto de vista são: “pois o que eu quero é que Portugal forje também o seu tipo novo de humanidade”⁶³.

⁶¹ E. Carr, *Vinte Anos de Crise*, p.71.

⁶² Id., *ibid.*, p.72.

⁶³ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.59.

Edward Carr, foi um intelectual inglês que viveu entre 1892 e 1982, tendo a sua vida sido marcada pelo período intervalar ou entre as duas Grandes Guerras. Inicia a sua carreira diplomática em 1916 e em 1919 participa na delegação britânica da Conferência da Paz em Paris. Em 1939 publica o livro *Vinte Anos de Crise, 1919-1939*, onde realiza uma análise desta fase do ponto de vista doutrinário, tentando analisar os erros do passado.

Fidelino de Figueiredo depois de realizar a reforma historiográfica portuguesa e ter registado uma passagem atribulada pela política decide traçar uma nova direção na sua obra.

Foi exatamente no ano de 1929 que Figueiredo se volta “exclusivamente para a sua obra e para seus cursos e conferências, dentre os quais se destacaram, os realizados nos Estados Unidos e Brasil”⁶⁴. Esta atividade permitiu-lhe viajar com frequência, influenciando a sua escrita que passou a refletir o interesse pelos problemas globais. Através do seu ensaio cultural intervalar, escrito em 1943 e publicado no livro *Ideias de Paz*, reflete sobre a dissolução da cultura que existiu antes da guerra.

Da contraposição entre o livro de Carr de 1939 e o ensaio de Fidelino de Figueiredo de 1943, podemos constatar diferenças, encontrando-se uma visão mais cultural e científica em Fidelino de Figueiredo, enquanto que em Carr destaca-se mais uma visão económica e política.

Para Fidelino de Figueiredo, a atmosfera cultural moderna dissolveu-se com a primeira Guerra Mundial. Para este autor, a “cultura é a essência da vida”⁶⁵, logo a perda da cultura condutora traduz-se num grave risco para a sociedade pois deixa de haver ideais guiadores para os homens. A cultura, do ponto de vista deste autor, representa o conjunto de ensinamentos adquiridos ao longo da vida que permitem ao indivíduo integrar-se na sociedade. Mas por outro lado, representam também “o conjunto de valores preferenciais ou de opção, que nos guiam em todos os passos (...) é tudo o que nos forma a arte de viver, desde a maneira de andar e de vestir aos modos da conversa e da

⁶⁴ A. Soares, *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, p.54.

⁶⁵ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.251.

etiqueta”⁶⁶. Desta forma, a cultura é uma noção abrangente representando além daquilo que é adquirido nas ciências, nas artes, nas técnicas mas inclui também “as experiências e reações de juízo”⁶⁷.

Apesar do grande progresso verificado nesta época em termos de ciência pura e da filosofia, o autor nota um “desequilíbrio entre o mundo moral e intelectual e social”⁶⁸. A ciência desenvolveu-se, mas não desenvolveu o ser humano em si. Por isso Fidelino de Figueiredo considera este período de “falso valor ou juízo transitório”⁶⁹. E enumera vários exemplos disso. Na política ocorre a ditadura, na arte aparecem os arranha-céus, na literatura surgem os vanguardismos.

Carr tem deste mesmo período entre as duas Grandes Guerras uma perspectiva diferente. Sendo a visão deste autor mais económica e política, considerou que “a luta de mercados foi o aspeto mais característico da guerra económica no período entre as duas guerras mundiais”⁷⁰. A perda das antigas colónias e a Grande Depressão de 1929, obrigaram a que os Estados procurassem novos mercados de consumo. Por outro lado, a situação económica agravou-se levando a que os Estados fechassem as suas fronteiras aos produtos estrangeiros, adotando-se o protecionismo.

Podemos salientar em Carr, uma visão crítica em relação a duas doutrinas: a doutrina darwinista “que identifica o bem do todo com o bem do mais apto, e contempla sem repugnância a eliminação do inapto”⁷¹ e a doutrina de uma harmonia natural de interesses “que identifica o interesse da totalidade da comunidade das nações, com o interesse de cada membro individual dela”⁷².

Estas doutrinas que vigoravam antes da primeira Guerra Mundial mas foram ressuscitadas novamente para este período entre as guerras, perderam o seu fundamento, porque os Estados deixaram de acreditar na harmonia de interesses entre vencedores e vencidos. A doutrina da harmonia de interesses

⁶⁶ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.251.

⁶⁷ Id., *ibid.*, p.251.

⁶⁸ Id., *ibid.*, p.252.

⁶⁹ Id., *ibid.*, p.257.

⁷⁰ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.165.

⁷¹ Id., *ibid.*, p.289.

⁷² Id., *ibid.*, p.80.

era usada pelas partes privilegiadas que entraram na guerra, para justificar e manter a sua posição dominante. Por um lado, já não fazia sentido classificar os Estados em aptos e inaptos e por outro, os seus interesses eram muito divergentes para existir harmonia entre eles.

Após o colapso destas doutrinas existia “um problema em reconciliar o bem da nação com o bem da comunidade mundial”⁷³. Os Estados ocidentais perturbados com a queda da doutrina da harmonia de interesses, “tentaram construir uma nova moral internacional fundada, não no direito do mais forte, mas no direito dos que possuíam”⁷⁴. Esta tentativa de criar uma nova forma legal de direito público internacional, pretendia legitimar a preservação do status das potências dominadoras, tal como até aí tinha acontecido.

Fidelino de Figueiredo via com apreensão a forma como o homem da cultura intervalar se expressava, considerando a sua linguagem de outro mundo quando diz: “«só os povos fortes têm direito à existência; fortes são os racialmente puros ou que tais se julgam»”⁷⁵.

Este autor via também com preocupação outra característica fundamental nesta fase, que se traduziu na “supressão da liberdade da inteligência”⁷⁶. A falta de crenças e a insegurança no futuro, assim como a falta de espírito crítico, levavam a que o homem negasse a sua própria liberdade de pensar e a depositasse nos dirigentes de partidos fascistas e totalitaristas. Por supressão da liberdade da inteligência, Fidelino de Figueiredo refere-se sobretudo àquela “inteligência indiscreta que se aplica ao estudo, à interpretação e à crítica dos fenómenos sociais e dos índices patológicos da época”⁷⁷. Para além disso, o homem desta cultura perde a sua liberdade de expressão porque se vê forçado a isso por forças políticas que lhe são superiores.

Para Carr, a origem da desigualdade não se centrava no indivíduo, mas na alteração de poderes entre as nações considerando que, “foi esta

⁷³ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.289.

⁷⁴ Id., *ibid.*, p.288.

⁷⁵ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.268.

⁷⁶ Id., *ibid.*, p.253.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p.267.

desigualdade que ameaçou uma convulsão mundial”⁷⁸. O aumento de poder de uns Estados em relação a outros constituiu um elemento gerador de instabilidade mundial, na medida em que os mais favorecidos tendem a reivindicar pela guerra o seu novo lugar.

Outra tendência da época, identificada por Fidelino de Figueiredo foi o sindicalismo, considerando-a como “um índice característico da organização económica e profissional de hoje”⁷⁹. Este facto colocava em risco a harmonia social da civilização pois representava a “proliferação da sociedade em interesses rivais e bastardos”⁸⁰. Os indivíduos colocavam estes interesses acima da paz da nação, defendendo as ideologias a que pertenciam.

Carr também identificou essa característica de formação de grupos, de unidades políticas e económicas cada vez maiores. No seu ponto de vista esta multiplicação de formações “agravou os problemas no período do pós guerra”⁸¹. Os grupos criaram divisões entre as pessoas dificultando a possibilidade de entendimento.

Ao analisar este período entre as duas guerras, Fidelino de Figueiredo compara-o ao período da Idade Média salientando de comum nas duas épocas “a crise da cultura condutora”⁸². Isto não quer dizer que não tenha existido cultura nestas duas épocas, pelo contrário, destacam-se grandes invenções e avanços tecnológicos que ocorreram nestes períodos. O que o autor encontra de comum é a falta de rumo na história humana, pois sem uma filosofia de valores condutores o individuo anda à deriva. Por conseguinte, do ponto de vista de Figueiredo é muito redutora a ideia de que a sociedade progride se houver progresso na ciência. Deste modo, deve haver um equilíbrio entre o mundo moral, intelectual e social para poder haver progresso ao nível social.

Para Carr o período entre as duas guerras significou um retrocesso ao nível teórico porque teorias semi abandonadas do séc. XIX reapareceram nesta fase, após 1914. Havia essencialmente uma crença absoluta na razão para a

⁷⁸ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.291.

⁷⁹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.47.

⁸⁰ Id., *ibid.*, p.47.

⁸¹ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.294.

⁸² F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.252.

promoção da conduta correta. Por outro lado, o direito natural marcou também a sua influência neste período tornando as teorias de direito internacional mais utópicas.

O súbito abaixamento da mentalidade e da ética na época levaram a que Fidelino de Figueiredo considerasse a existência de uma menoridade na inteligência. Contudo, tem a esperança de serem criadas as condições necessárias para que todos os indivíduos possam evoluir.

Carr salienta a influência que a opinião pública tinha na época para a decisão das condições a serem negociadas no pós guerra, sendo considerada frequentemente como “a voz da razão”⁸³. Contudo, anteriormente à guerra a opinião pública era constituída fundamentalmente por homens educados e esclarecidos, enquanto no pós guerra era a opinião das massas. Esta diferença fazia-se sentir quando era chamada a decidir, considerando Carr que “em assuntos internacionais, a opinião pública estava quase sempre tão errada quanto impotente”⁸⁴. Por vezes, durante a Conferência de Paz, esta opinião era menos tolerante e moderada do que os conferencistas.

Fidelino de Figueiredo constata o fracasso da época entre as duas Grandes Guerras. Nesta fase em que se pensou que a seguir viria uma paz duradoura, principalmente após 1919 com a criação da Sociedade das Nações no tratado de Versalhes, na verdade não passou de uma ilusão. Fidelino de Figueiredo considerou que as pessoas dos países atingidos pela guerra foram iludidas e que, para isso, contribuiu uma propaganda hábil que as levou a aceitar de forma natural o despotismo e o imperialismo.

Carr que em 1919 faz parte da delegação britânica da Conferência da Paz de Paris e participou na elaboração de partes do Tratado de Versalhes relacionadas à Liga da Nações, via o problema noutra perspetiva. Em sua opinião, a Liga das Nações como organização internacional foi “a primeira tentativa de padronizar os problemas políticos internacionais”⁸⁵. Perante o cenário da época de total desordem política e social tentou-se solucionar o

⁸³ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.47.

⁸⁴ Id., *ibid.*, p.52.

⁸⁵ Id., *ibid.*, p.40.

problema adoptando uma perspectiva racional com base nos princípios do liberalismo de Locke para a construção de uma instituição para a ordem internacional. A ideia do ponto de vista teórico era a de ligar o caso concreto a um princípio geral abstrato. Os membros da Liga conheciam os reais riscos de um novo conflito, contudo a sua função nunca foi a de “pretender proibir a guerra, mas somente limitar o recurso a ela”⁸⁶. Para Carr “o insucesso da Liga deveu-se à sua negligência por parte dos políticos europeus mais influentes”⁸⁷. Recorde-se que a Liga das Nações foi a primeira organização internacional, criada em 1919, com a finalidade de manter a paz. Posteriormente, no mesmo ano, é assinado o tratado de Versalhes entre todos os Estados que estiveram envolvidos na Guerra, dando lugar à criação de Sociedade das Nações. A Liga foi então dissolvida pois já não tinha motivos para existir.

A cultura intervalar para Fidelino de Figueiredo, representou uma fase caracterizada por “equívocos, falso valor ou juízo transitório”⁸⁸. Contudo, foi também uma fase que representou um novo renascer porque “criou uma física nova e uma rica literatura de ideias”⁸⁹. Havia a esperança de uma vida melhor depositada nos avanços tecnológicos. Mas Figueiredo alerta para o equívoco da ciência ainda não ser cultura porque só o crescimento do ser humano como pessoa permitem o seu desenvolvimento.

Quanto à formação de democracias liberais que se espalhavam pelo mundo após o acordo de paz de 1919, Carr considera que a sua duração é curta pois “foram produto da teoria abstrata e não lançaram raízes no solo”⁹⁰. A crise colocou em causa estes regimes pois não davam resposta aos problemas que surgiram, nomeadamente ao desemprego e ao aumento do preço dos bens.

Em relação ao surgimento de democracias, Fidelino de Figueiredo não se questiona quanto à sua duração, mas sim, quanto à sua qualidade. Considera por isso, que mesmo se os Estados viessem a adoptar este tipo de regime, este não terá sentido liberal pelo contrário, colocarão sempre “limitações que lhe

⁸⁶ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.41.

⁸⁷ Id., *ibid.*, p.41.

⁸⁸ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.257.

⁸⁹ Id., *ibid.*, p.260.

⁹⁰ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.39.

imponha outra soberania, a do indivíduo”⁹¹. Na visão do autor, o indivíduo terá a sua liberdade limitada apenas à liberdade do Estado onde vive.

O autor português evidencia, deste modo, uma posição pouco favorável quanto ao poder democrático referindo que “por democrática e generosa que seja, (...) envolve a limitação das liberdades de cada um de nós e de todos os encantos da vida solidária, profunda e criadora”⁹². Antes dos regimes democráticos, existiam os imperialismos com amplos sectores inexplorados, vastas zonas por descobrir e direitos de propriedade ilimitados. Por outro lado, existe também a perda de alguma soberania por parte dos Estados mais fracos.

Para Carr este período entre as duas guerras foi uma fase com características próprias, tendo sido marcada por erros. Um dos principais erros identificados pelo autor foi a introdução nesta fase, de doutrinas do séc. XIX, já obsoletas (doutrina darwinista e doutrina da harmonia de interesses). A aplicação do *laissez-faire* da harmonia de interesses no plano político baseado na crença da suficiência da razão para a promoção da conduta correta, revelou que as mentes da época não conseguiram construir uma nova utopia. Esta doutrina que rejeitava a guerra considerando-a irracional, tinha como objetivo servir os interesses dos grupos privilegiados. Contudo, poucos acreditavam no interesse da paz sem um fundamento. O pressuposto utópico da paz baseava-se no “facto de algumas nações desejarem manter o status quo sem precisarem de lutar para isso”⁹³.

No plano económico, supôs-se que os “interesses devem ser harmonizados artificialmente pela ação estatal”⁹⁴. Carr refere-se neste aspeto, à intervenção do Estado na economia através da adoção de políticas protecionistas que beneficiavam as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras.

No plano político, a doutrina da harmonia de interesses identificava as nações que desejavam perturbar a paz como irracionais e imorais.

⁹¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.272.

⁹² Id., *ibid.*, p.272.

⁹³ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.71.

⁹⁴ Id., *ibid.*, p.69.

Para Carr, os motivos para não ter havido paz após o período intercalar devem-se “não à falha da Liga das Nações, mas somente a falha dos que se recusaram a fazê-la funcionar”⁹⁵. Existiam grandes tensões que impossibilitaram o entendimento para a paz, nomeadamente a defesa de doutrinas opostas por parte de Clemenceau e Wilson que tinham papéis determinantes na Conferência da Paz e por outro lado, a questão das reparações de guerra que sempre foi controversa desde o início.

Por outro lado, Figueiredo enumera três motivos no seu ensaio para ter ocorrido esta situação: em primeiro lugar, não houve respeito pela dignidade da pessoa humana; houve falta de valores condutores, resultante do eclipse da cultura; e por fim, à falta de liderança política resultante de uma visão pouco crítica e sem soluções para o futuro.

Para poder haver paz, a solução apresentada por Carr “pressupõe uma dose substancial de consentimento”⁹⁶ na ordem internacional. O caminho para uma nova ordem internacional estava, na visão de Carr, na “constituição de uma unidade de poder suficientemente coerente e forte para manter a sua ascendência”⁹⁷. A posição de Carr vai ao encontro da corrente de pensamento positivista ou realista que encontra a autoridade do direito na vontade dos Estados.

Para além disso, Carr reconhece que essa nova ordem internacional para permanecer em vigor não se basta com a intenção dos seus políticos mas é necessário também ser legitimada. Por isso, na opinião de Carr, deve existir consentimento geral de todos os Estados envolvidos. Este consentimento implica por sua vez, cedências de certos Estados perante as posições que se encontravam e não estavam dispostos a conceder.

Fidelino de Figueiredo no seu ensaio “cultura intercalar”, não revela de forma explícita uma solução para a paz. Contudo, podemos retirar doutros textos a defesa pelo “convívio organizado entre os homens”⁹⁸ como sendo o caminho mais correto para a paz. A discussão das questões entre os Estados

⁹⁵ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.55.

⁹⁶ Id., *ibid.*, p.301.

⁹⁷ Id., *ibid.*, p.300.

⁹⁸ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.69.

envolvidos seria a medida mais importante a tomar. Este debate visa como finalidade que se chegue a um acordo geral entre todas as partes envolvidas.

Do mesmo modo para Carr, quando se refere à necessidade de haver consentimento na ordem internacional pressupõe a existência de acordo entre os governantes e os governados. O equilíbrio na ordem internacional depende não só do poder, mas “também precisa da base moral”⁹⁹, que deve ser baseada numa doutrina. O autor concorda por fim, que “deve haver um equilíbrio entre utopia e realidade”¹⁰⁰. Estas duas correntes encontram-se representadas tanto na política do Estado, como nas ações humanas e por isso, são tidas em conta na análise internacional.

Podemos dizer que apesar destas teorias apresentarem interpretações diferentes da realidade, - no caso da corrente realista mais concentrada no presente, ao passo que a corrente utópica é mais concentrada no futuro – ambas têm em vista o progresso da sociedade humana.

⁹⁹ E. Carr, *Vinte Anos de Crise*, p.301.

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, p.17.

4.Contextualização da época em que viveu

Fidelino de Figueiredo viveu num período conturbado da história mundial, tendo assistido ao desenrolar de duas Grandes Guerras Mundiais. Podemos diferenciar três fases distintas que percorrem o período de vida do autor.

Em primeiro lugar temos a época antes das Grandes Guerras. Esta fase é caracterizada essencialmente por uma diplomacia de alianças e pactos entre os Estados, denominada de secretismos. A classe diplomática pertencia a uma elite e eram os mais dotados dentro das relações da corte que eram escolhidos para exercer esta função.

Na ordem internacional, as relações entre os Estados regiam-se pelos princípios do tratado de Vestefália de 1648, que simbolizava a inauguração da modernidade nas relações internacionais. Esta ordem norteia-se por dois princípios “a doutrina da independência dos poderes políticos em relação à Igreja Católica; e os Estados não devem interferir nos assuntos internos dos outros Estados”¹⁰¹. A cultura de Vestefália tem uma ligação estreita ao conceito de paz pois apesar de não promover a paz em todas as situações, não deixa de ser uma cultura para a paz. Contudo, remetendo para a opinião de Isabel Estrada, “Vestefália não é uma cultura de paz, também não é uma cultura para a violência”¹⁰².

A guerra em si não era vista como um acontecimento nefasto “pelo contrário, aceitava-se que a guerra tinha uma função reguladora na procura de novos pontos de equilíbrio”¹⁰³. Quando existia aumento de poder de um determinado Estado, que normalmente se traduzia no desenvolvimento económico, surgiam alianças com a finalidade de expandir o território e o domínio sobre outros Estados. Apesar de todo este processo ter regras definidas

¹⁰¹ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.62.

¹⁰² I. Estrada, *Para uma Cultura da Paz*, p.41.

¹⁰³ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.93.

de atuação, não deixava de causar grande instabilidade junto da população e de provocar distúrbios económicos e políticos.

O período entre 1914 a 1945 que corresponde ao período intervalar, representa uma segunda fase que demarcamos no período de vida deste autor. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, a primeira Guerra Mundial “foi a todos os títulos uma guerra traumática e transformadora que inaugurou uma nova história”¹⁰⁴. Todos os esforços e toda a economia eram canalizados para a guerra, constituindo-se uma guerra na qual se mobilizaram populações inteiras. Foi considerada por vários autores, como sendo uma guerra total pela sua devastação ao nível material, político e moral.

No início da guerra, o sentimento de confiança era geral, tanto da população como dos soldados, e todos davam a vitória sobre a guerra como garantida. Podemos distinguir neste período duas atitudes em relação à guerra. Num primeiro momento, correspondente ao início da I Guerra Mundial, verifica-se um optimismo em relação ao desenrolar dos acontecimentos. Num segundo momento, que coincide com o fim da I Guerra Mundial, verifica-se um pessimismo em relação aos factos futuros que se traduziu na forma como os vencedores impuseram obrigações aos vencidos.

Apesar da confiança estabelecida devido aos avanços e progressos tecnológicos, “a Grande Guerra abalou profundamente a fé novecentista no progresso moral e material da civilização”¹⁰⁵. Com o peso da derrota, a população viveu a angústia dos seus alicerces serem derrubados o que provocou um choque na credibilidade dos princípios em que acreditavam.

Os efeitos devastadores que a primeira Guerra Mundial provocou, colocaram em causa muitos dos princípios defendidos anteriormente. Especialmente, dois elementos da ordem internacional do séc. XIX foram sujeitos a críticas profundas: o princípio do equilíbrio de poderes e a ideia de diplomacia secreta.

Estes dois elementos viram cair os seus fundamentos com base em ocorrências práticas. No caso do primeiro elemento, os estadistas passaram a

¹⁰⁴ Apud J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.91.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*, p.92.

calcular o equilíbrio de poder de uma forma diferente valorizando mais critérios de desenvolvimento industrial que se traduziam em maior poderio militar e tecnológico em relação aos critérios tradicionais, como o tamanho do território e o número de habitantes. No caso do segundo elemento, deixou de fazer sentido pois os Estados notaram que o secretismo já não trazia vantagens sobre os outros Estados.

A chamada diplomacia secreta sofreu muitas críticas pelos estadistas da época, sendo um dos principais o presidente norte-americano Wilson. A nova ordem internacional proposta por Wilson condenava a chamada diplomacia secreta pois pretendia “reivindicar uma política externa mais democrática, isto é, mais sensível às opiniões e aos interesses das populações”¹⁰⁶. A importância da opinião pública nos assuntos políticos era defendida e tinha cada vez mais peso nesta época. O peso das suas decisões, levou à recusa do presidente norte-americano na intervenção dos assuntos europeus do pós guerra através da não ratificação do tratado de Versalhes e a consequente falta de participação como membro da Sociedade das Nações. Daqui resulta que “a crença no poder de coerção da razão, expressa na voz do povo, era particularmente inerente a Wilson”¹⁰⁷.

O presidente Wilson foi uma figura de relevo nesta época, pela transmissão de novas ideias à Europa. A sua visão universalista, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem no mundo caracteriza-o como seguidor da doutrina utópica. Considerava que tinha como missão, “realizar o ideal de liberdade, fornecer um modelo de democracia e defender os princípios morais”¹⁰⁸. Na Conferência de Paz defende também a importância do direito dos povos a disporem de si mesmos, fruto das suas crenças na razão humana.

A doutrina da identidade de interesses dominou os pressupostos políticos e económicos entre as duas Guerras Mundiais. Politicamente, defendia que “as nações possuem um interesse idêntico na paz”¹⁰⁹, considerando irracionais os que defendiam o oposto. Economicamente, esta doutrina defendia

¹⁰⁶ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.93.

¹⁰⁷ E. Carr, *Vinte Anos de Crise*, p.45.

¹⁰⁸ G. Soulier, *A Europa*, p.110.

¹⁰⁹ E. Carr, *Vinte Anos de Crise*, p.70.

que o que beneficiava a todos os Estados também beneficiava um só. Mais tarde, conclui-se que este pensamento apenas beneficiava os países mais fortes.

Apesar do ressurgimento de doutrinas antigas no âmbito internacional, este período tem como característica dominante o pessimismo intelectual europeu. Como exemplo, pode-se enunciar a publicação de Oswald Spengler, em 1919, com o título *O Declínio do Ocidente*.

Muitas destas doutrinas que surgiram foram retiradas do século XIX e adaptadas às situações da época. Baseavam-se nos pressupostos do racionalismo e na crença na suficiência da razão, contudo os seus pressupostos eram abstratos e utópicos e não permitiam criar um equilíbrio entre as forças dominantes. Como exemplo, encontramos a adaptação das teorias da democracia liberal para Estados muito diferentes, o que levou à sua desilusão pois não produzia efeitos na sociedade.

Da guerra resultou, o aumento dos custos em vidas humanas e em gastos económicos que eram aplicados nos progressos tecnológicos. A ciência estava ao serviço do Estado, desenvolvendo uma capacidade destrutiva cada vez mais elevada.

Outro factor resultava da forma como a guerra passou a ser conduzida, envolvendo quase toda a população. Passou a existir uma economia de guerra o que significava que toda a produção e toda a população trabalhavam em função desse fim.

René Remond acrescenta uma outra singularidade desta guerra que se traduziu no uso de novas formas de combate, com a passagem da guerra de movimento para a guerra de posição, e novas armas. Para além da guerra militar no plano das armas, também se combatia o inimigo no plano económico, fragilizando-o na sua economia de produção.

Para Cravinho existem cinco elementos que caracterizam a ordem internacional acordada em Versalhes: segurança coletiva, diplomacia multilateral permanente, autodeterminação dos povos, globalização da sociedade internacional, supressão de focos de contágio da revolução bolchevique.

O sistema de segurança coletiva que é feita referência corresponde ao que Carr enuncia como a doutrina da identidade de interesses, baseando-se no pressuposto do interesse comum na manutenção da paz.

A diplomacia multilateral permanente encontra-se representada na organização da Sociedade das Nações, constituindo uma forma nova dos Estados se relacionarem nas relações internacionais. A Sociedade das Nações passou a representar o novo mecanismo de segurança internacional, representando a mais importante inovação de Versalhes. Contudo, as esperanças nesta organização dissiparam-se na segunda metade dos anos 20, pois a “importância enquanto regulador da sociedade internacional foi diminuindo até ao ponto de irrelevância que se atingiu em 1935”¹¹⁰.

Esta organização que teve como objetivo a manutenção da paz, não conseguiu criar as condições favoráveis a este fim, evidenciando-se vícios na sua formação como o privilégio de uns Estados sobre os outros e a acentuação da derrota alemã.

A criação desta Sociedade representou também uma mudança na forma de relacionamento entre os Estados. Os antigos mecanismos da atuação estavam ultrapassados, originando uma diplomacia multilateral onde um grupo de Estados estava reunido para os mesmos fins e com os mesmos objetivos.

A Sociedade das Nações como primeira organização das relações internacionais a tomar decisões para colocar fim aos conflitos, teve aspetos positivos. Na sua origem esteve a necessidade de encontrar consentimentos numa fase em que nenhum Estado acreditava no cumprimento dos acordos. Esta organização impõe esta autoridade aos Estados, contudo a sua atuação limita-se a aconselhar os governos e não a impor.

Mesmo que nem sempre as suas decisões fossem cumpridas, o seu contributo para a regulamentação de determinados assuntos ao nível internacional foi fundamental.

No domínio do trabalho, criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo “objectivo principal consistia em delinear os regulamentos

¹¹⁰ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.98.

internacionais da prestação de trabalho e fiscalizar o seu cumprimento nos diversos países”¹¹¹. Da sua atuação no período entre as duas guerras, resultaram melhorias nas condições de trabalho em alguns países. No domínio da saúde, criou a Organização Internacional de Saúde (OIS), que teve também um importante papel na melhoria da nutrição e saúde. No domínio das comunicações e dos transportes internacionais, promoveu a regulamentação no trânsito das estradas, portos marítimos, caminhos de ferro, entre outros.

Contudo, existiram outros assuntos onde os países não seguiam as suas orientações, como o domínio económico e financeiro e especialmente a segurança internacional. A Sociedade das Nações não podia desempenhar na sua plenitude a sua função de promotora da paz mundial, na medida em que se encontrava “privada da participação dos EUA, na sequência da recusa do Senado norte-americano de ratificar o tratado de Versalhes”¹¹². Este Estado detentor da hegemonia internacional, seria o único com meios e tecnologia suficiente para impedir a guerra. Por isso, a cultura da paz não teve espaço para emergir.

Dentro das condicionantes que impossibilitaram este facto podemos destacar principalmente: as ideológicas através da divergência entre a doutrina comunista e fascista; as sociológicas através da grande agitação de ideias e problemas novos; as políticas através do individualismo dos governantes.

A autodeterminação dos povos, enunciada por Cravinho, diz respeito ao desmoronamento dos impérios com a guerra, dando lugar ao princípio do nacionalismo. Cada Estado deve ter o direito de ser independente e não sofrer interferências de outros na sua governação. O “direito dos povos disporem de si mesmos, juntamente com a criação de uma liga de nações”¹¹³, constituíram os dois elementos que Wilson considerou fundamentais para a manutenção da paz mundial.

A globalização da sociedade internacional, é outra característica da nova ordem internacional, e traduz-se numa nova reorganização da política

¹¹¹ N. Figueiredo, *O Sistema de Segurança Colectiva*, p.10.

¹¹² J. Carpentier e F. Lebrum, *História da Europa*, p.379.

¹¹³ Id., *ibid.*, p.376.

internacional com a formação de novos Estados, originários do fim dos Impérios, e na perda de hegemonia europeia.

A revolução russa de 1917, surgiu como uma ameaça à estabilidade da política europeia, que pretendeu ver eliminados os focos de contágio desta revolução bolchevique. Esta característica constituiu mais uma ameaça no plano imaginário, do que no plano real, originando apenas focos de agitação que rapidamente foram eliminados. Contudo, os Estados estiveram sempre atentos ao desenrolar dos acontecimentos com a expansão destas ideias por vários países.

Com o fracasso dos meios utilizados para a manutenção da paz, o mundo vê surgir uma II Grande Guerra, que se prolonga entre 1939-1945. Continuava a existir muita insegurança, com novos focos ideológicos a surgir e a pretender expandir as suas ideias. A revolução bolchevique com a ideologia comunista, representou uma ameaça às regras e princípios do mundo ocidental. Colocava essencialmente em causa a forma de relacionamento entre os Estados, rejeitando a “*pacta sunt servanda*” (os pactos são para cumprir) e o princípio de não ingerência (não intervenção nos assuntos internos dos Estados).

As condições de instabilidade económica provocados pela guerra, levaram ao florescimento de novas formas extremas de poder que geraram a ditadura na Europa.

Na Alemanha, surge a ditadura sob a liderança de Hitler que defendia o nacional-socialismo e odiava o marxismo. O povo alemão tinha estado exposto a um longo período de incerteza política, guerra civil, violência e miséria económica e ansiava por um Estado poderoso e respeitado que afirmasse os valores da nação e da sua cultura e afastasse a ameaça do comunismo.

Na Alemanha de Weimar, o ódio e o ressentimento, andavam a par do medo por um inimigo oculto que era levado ao extremo pelo seu líder. Hitler explorou e alimentou a insegurança que o seu povo nutria e assim assegurava a sua liderança.

A terceira fase de vivência de Fidelino de Figueiredo, situa-se após a II Grande Guerra, e é caracterizada pelo desenvolvimento da ciência. A ciência tem um peso cada vez maior nesta época e vai ser utilizado para intimidar e

gerar poder entre os Estados, através da energia atômica. Ao lado da ciência, encontramos os progressos da técnica com a crescente mecanização dos processos de trabalho e a conseqüente transformação da sociedade.

A fé e crença na racionalidade do homem se autorregular por si é abalada, colocando por terra as doutrinas que anteriormente vigoravam. Perante a sua liberdade de decisão o homem utilizara-a mal, não a colocando ao serviço da humanidade.

Após a segunda Guerra Mundial existiu o perigo da guerra atômica. Sobre este facto os cientistas de várias nacionalidades reuniram-se, para chegarem a acordo quanto às medidas a tomar para evitar novas catástrofes. Pretendiam também transmitir ao mundo a sua preocupação quanto às possíveis conseqüências que uma ação deste tipo poderia ter no mundo. Queriam essencialmente alertar a comunidade política, que tinha o controlo sobre a sua produção, para o uso deste tipo de armamento.

O desenvolvimento de tais técnicas de destruição inventadas pelos cientistas e colocadas ao serviço de Estado representavam uma verdadeira ameaça à existência da humanidade. A ciência foi elevada a uma altura nunca antes pensada. A visão da ciência sempre foi na direção do progresso da humanidade, no entanto, os cientistas viram-se confrontados com o perigo de destruição total do mundo devido à invenção da energia atômica.

Fidelino de Figueiredo vê nestas reuniões de cientistas, bons indícios de “firme cooperação entre os homens de ciência e pensamento”¹¹⁴ apesar dos órgãos de comunicação da altura não terem dado uma maior repercussão aos acontecimentos.

Estas alterações vão levar ao desaparecimento da cultura que existia anteriormente, conduzindo a transformações profundas ao nível social. A elevação dos sentimentos de ódio entre os Estados, a distanciação entre as pessoas, e a desconfiança conduzem ao esquecimento dos valores morais.

Depois das Grandes Guerras houve uma transformação na mentalidade e maneira de pensar das pessoas. Como sempre acontece depois de acontecimentos perturbadores como as guerras, o espírito de discernimento e a

¹¹⁴ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.69.

faculdade de distinguir entre o bem e o mal é abalada. Tudo se torna relativo, confuso e desordenado.

Contudo, há autores que retiram aspetos positivos desta época, como é o caso de Pierre Renouvin referindo que apesar de tudo “a guerra foi um estimulante pois ela desenvolveu o engenho, o espírito inventor e deu à ciência aplicada uma ocasião de progredir”¹¹⁵. Na verdade, verificamos nesta fase, um grande progresso na técnica e na ciência que de outro modo não teria acontecido se não tivesse havido um motivo para o seu desenvolvimento. A competição pelo melhor e mais eficaz material de guerra estimulou a competição entre os Estados na investigação e produção.

4.1. Consequências da realização da I Guerra Mundial

Para muitos autores a realização da primeira Guerra Mundial continua a ser um dos factos mais enigmáticos da história moderna. Perante esta perplexidade muitos foram aqueles que se debruçaram sobre este acontecimento na tentativa de encontrar uma explicação para o sucedido.

O estudo da cultura da guerra foi então desenvolvido para dar resposta às questões que se colocavam. Para compreender esta guerra, os autores Rioux e Sirinelli, consideram que se impõe diferenciar uma dupla cronologia. Por um lado, deve-se separar os anos de confronto dos anos que lhes sucedem. Consideram que existe uma recusa na aceitação da guerra depois do conflito, mas não durante. Por outro lado, para se compreender a guerra deve-se fazer uma atualização na interpretação da evolução dos factos no interior do próprio conflito.

¹¹⁵ Pierre Renouvin, *La crise européenne et la première Guerre Mondiale*, p.715.

Uma questão muitas vezes colocada foi a de saber: “como foi que militares e civis (...) aceitaram a guerra durante tanto tempo?”¹¹⁶ Recorde-se que esta guerra teve contornos muito diferentes em relação às anteriores, pela grande quantidade de mortes, pelo enfraquecimento económico das principais potências europeias e pela quebra do prestígio dos impérios nas colónias.

Foi referido anteriormente que a guerra realizada nos anos 1914-1918, representou uma guerra total. Podemos ainda salientar, que este novo processo de totalização da guerra está ligado a certas características como a transposição de certos limiares, de graus de violência e confronto e na representação da sociedade envolvida. A guerra é total pela sua abrangência a níveis nunca antes considerados. Esta guerra representou um novo tipo de conflito, sendo este desenvolvido ainda mais na segunda guerra, apresentando um modelo ainda mais completo de destruição.

A guerra representou, para os autores Rioux e Sirinelli, um investimento na nação, pois só deste modo se pode explicar a coragem, o espírito de sacrifício e o sentimento de dever dos combatentes. Representou também, a expectativa de um mundo melhor e de começar uma nova etapa da civilização humana.

Após a primeira Grande Guerra foi notória a industrialização acelerada de países como a Inglaterra e a Alemanha o que “resultou num fosso muito grande em termos de poderio militar e tecnológico em relação a outros países”¹¹⁷. Foi a partir deste momento, que os estadistas passaram a calcular o equilíbrio de poder de uma forma diferente, baseando-se nos níveis económicos.

A guerra provocou muitas mudanças que tiveram efeitos irreversíveis pela sua duração, extensão e características.

Surgiram fenómenos novos depois deste acontecimento. Destaca-se a perda de confiança nos valores tradicionais. Estes foram postos em causa, sendo substituídos por um sentimento de desprendimento e falta de valor pelas coisas. Tudo passa a ser relativo, tudo é passageiro, nada perdura, vale tudo.

¹¹⁶ Rioux e Sirinelli, *Para uma história cultural*, p.239.

¹¹⁷ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.93.

Estas ideias refletem a corrente do niilismo e traduzem um sentimento negativo em relação ao futuro.

Encontramos também “a perda de ilusão da ciência, da instrução, da civilização (...) e também no Tribunal Internacional de Arbitragem de Sanções”¹¹⁸.

Outra consequência foi a alteração das mentalidades que deram origem a novos modos de pensar e agir. Para além do aparecimento do sentimento de relativismo, anteriormente referido, verifica-se também “um enfraquecimento geral do espírito crítico”¹¹⁹. Após 1918, tudo parece confuso ao início, mas com o avançar dos acontecimentos este vai-se transformando, nos países que diretamente foram atingidos, numa revolta e necessidade de compensação pelos prejuízos sofridos, mesmo à custa de sacrifícios extremos da parte vencida.

As hierarquias sociais são abaladas, devido à destruição de fortunas, perda de bens e alterações profissionais.

As múltiplas transformações que ocorreram foram também referidas por Rémond e surgem no campo da economia, sociedade, costumes, ideias e políticas.

No campo económico, teve como consequência a destruição de riquezas, nomeadamente nos países ocupados, o que obrigou os governos a pedirem dinheiro emprestado, aumentando assim a dívida. No campo social, refletiu-se na diminuição da natalidade ao longo de várias gerações, e no surgimento de um novo tipo social denominado de *antigo combatente* que nasceu do orgulho e recordação dos mortos. No campo dos costumes, originou a entrada das mulheres para o mercado de trabalho, devido à escassez de recursos humanos e diminuição na natalidade. No campo político, verificou-se a queda dos impérios europeus, assim como a queda do liberalismo e a ascensão das democracias. Acrescenta-se ainda o aumento do espírito revolucionário e contestatário da classe operária que acabou por conquistar a jornada de oito horas em França no ano de 1919.

¹¹⁸ G. Le Bon, *Première Consequences de la Guerre*, p.6.

¹¹⁹ Id., *ibid.*, p.82.

O historiador René Rémond caracteriza este período intervalar da história de 1919 a 1939, dividindo-o em duas partes. Na primeira delimita os anos de 1919 a 1925, onde considera que foram anos de grandes dificuldades em vários aspectos. Na segunda a partir de 1925, onde surge um período de aparente prosperidade.

No entanto, esta fase de ilusão em que as dificuldades pareciam ter sido ultrapassadas durou pouco pois imediatamente a Europa é abalada por uma nova crise económica, desta vez de origem americana.

Procede ainda ao estudo dos anos 1919 a 1929, dividindo-os em duas partes: “a primeira, terá por objecto os anos 1919-1925 (...) e a segunda, a partir de 1925”¹²⁰. Na primeira fase, exigiu-se um esforço suplementar às pessoas para se superarem as dificuldades, surgindo na segunda fase, a impressão geral de que os problemas tinham sido ultrapassados. Há um ligeiro crescimento da economia e o ritmo normal da vida das pessoas tinha sido retomado.

Na classificação do mesmo autor “os anos 1925-1930 constituem o melhor período da história da instituição de Genebra”¹²¹, reconhecendo o papel de relevo da Sociedade das Nações ao nível internacional. Trata-se de uma situação inédita, em que pela primeira vez “uma instância internacional dita o direito e tem suficiente autoridade moral para fazer respeitar as suas decisões”¹²². O debate das questões em conferências e a regulamentação de vários assuntos ao nível internacional marcaram esta instituição pela positiva ao nível da regulação do trabalho, saúde e transportes.

A segurança coletiva da Europa encontra-se no seu apogeu no anos 1925 a 1929, segundo Duroselle, com a realização dos tratados de Locarno em 1925, que confere a admissão da Alemanha na Sociedade das Nações e por outro lado, a realização do tratado Briand-Kellogg em 1928, em que a França e os EUA assinam um pacto de renúncia à guerra.

¹²⁰ R. Rémond, *Introdução à História do nosso tempo*, p.308.

¹²¹ Id., *ibid.*, p.315.

¹²² Id., *ibid.*, p.315.

Para Duroselle “os primeiros insucessos da segurança colectiva surgem em 1929-1933”¹²³, quando surge a crise económica americana.

A crise económica de 1929, teve também consequências a vários níveis, destacando Rémond, as psicológicas, as políticas e as económicas. Ao nível psicológico, a opinião pública perde a confiança nos regimes democráticos que deixam de ser eficazes na resolução dos problemas devido à sua carga burocrática que dificulta a tomada de decisões. Ao nível político, a queda da credibilidade nas democracias teve como consequência o aumento de poder dos regimes totalitários que garantiam maior estabilidade social e principalmente o emprego. Ao nível económico, os governos passam a dirigir a economia protegendo-a da concorrência estrangeira, resultando daqui a falência do liberalismo a favor do protecionismo.

Encontramos efeitos também ao nível do espírito, que se traduziram no abalo da fé pelos valores tradicionais, como a instituição do casamento, a poupança de recursos materiais, e a solidariedade.

A guerra afectou as relações entre o poder público e a iniciativa privada, levando a que o Estado tomasse a iniciativa de relançar a economia através da iniciação de grandes obras.

Outra consequência decorrente desta guerra resultou de uma Europa no pós guerra menos homogénea que antes. Este facto é relatado pelos historiadores J. Carpentier e F. Lebrum, que consideram haver “pelo menos três Europas: a Europa da revolução, a Europa da contra-revolução e a Europa da democracia parlamentar”¹²⁴. A partir da década de 1920, a Europa foi dominada pelo “combate entre democracia liberal e revolução”¹²⁵. Apesar da democracia liberal ter saído vitoriosa em alguns casos, noutros vemos o surgimento de regimes totalitários em sua substituição.

A política sofreu alterações na sua forma de agir, de modo que independentemente do regime em vigor era necessário que fossem tomadas decisões rápidas e eficazes. Revelam-se em alguns casos a inadaptação dos

¹²³ J-B. Duroselle, *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*, p.138.

¹²⁴ J. Carpentier e F. Lebrum, *História da Europa*, p.394.

¹²⁵ Id., *ibid.*, p.400.

regimes parlamentares a estas novas exigências, resultante da falta de princípios e regras que os sustentem.

Podemos ainda acrescentar que ao nível da arte, a Europa ainda mantinha a sua liderança mundial, evidenciando-se a “continuação da pintura abstrata, o expressionismo alemão, com a Bauhaus, e o surrealismo”¹²⁶. O surrealismo foi um movimento artístico criado na década de 20. Surgiu num ambiente fragilizado e pretendia manifestar a angústia e o trauma que a população europeia tinha acabado de vivenciar com a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, tem também a intenção de chocar a sociedade através da deformação da realidade. A par desta nova manifestação artística nasce a escola de Bauhaus, que funcionou entre 1919 a 1933, sendo uma importante expressão do modernismo.

4.2. O Fracasso dos Acordos

Terminada a I Guerra Mundial os Estados reuniram-se para estabelecer as condições para a Paz. O tratado de Versalhes foi a celebração de um compromisso que reuniu todos os países envolvidos na guerra. Contudo, este compromisso tornou-se impossível pelo ressurgir de uma nova guerra.

Do fracasso do tratado de Versalhes podemos retirar várias conclusões, quer pela existência de interesses divergentes, quer pelos sentimentos de revolta e ódio que permaneciam, quer pela renitente posição em querer excluir a Alemanha do seu status quo dominante, mas o facto é que os Estados não conseguiram ter uma visão de futuro e alinhar-se naquele momento ao lado dos Estados Unidos.

O presidente Wilson dos Estados Unidos “estava animado com as suas convicções (...) e alimentava a ilusão de crer que a opinião pública internacional

¹²⁶ J. Carpentier e F. Lebrum, *História da Europa*, p.394.

era solidária com as suas ideias¹²⁷, que consistiam em instituir a paz através da reorganização dum novo sistema internacional. Contudo, os Estados europeus não conseguiram realizar os esforços necessários que conduzissem à paz.

Como consequência, o tratado teve uma curta vigência porque a Alemanha tinha a intenção de devolver ao país “a sua dignidade e libertar-se das obrigações do tratado de Versalhes”¹²⁸.

A oposição entre as medidas a tomar por parte da França representada por Clemenceau e pelos EUA representado por Wilson levaram à demora nas conclusões. A decisão acabou por resultar nas reparações de guerra por parte da Alemanha sem que esta estivesse de acordo.

A violação dos tratados não se traduz em algo que os Estados praticam com frequência, mas antes “é tida como algo excepcional que requer uma justificativa especial”¹²⁹. Esta posição requer que o Estado que antes se submeteu tenha agora alterado a sua posição de poder considerando-se em situação de vantagem.

A Alemanha pretendia sair da situação em que se encontrava, então joga em dois tabuleiros diferentes onde “tenta renegociar as condições do tratado de Versalhes ao mesmo tempo que tentava um acordo com os bolcheviques de Moscovo”¹³⁰.

Perante a escolha do cumprimento ou não dos tratados, os Estados ponderam muitos aspectos, entre os quais as forças do poder e da moral. Sendo as forças do poder mais fortes, normalmente os Estados mais fracos nesta força vêm-se obrigados a submeter-se às regras dos mais fortes. Por forças de poder podemos englobar, o nível de desenvolvimento económico, financeiro, tecnológico, científico e social.

O jogo de interesses e de forças envolvidas vai, por isso, resultar no cumprimento ou incumprimento dos tratados sendo que “enquanto os Estados interessados na manutenção do status quo defendiam com vigor a validade incondicional dos tratados de Direito Internacional, um Estado cujos interesses

¹²⁷ Zorgbibe, *Historia de las Relaciones Internacionales*, p.352.

¹²⁸ Zorgbibe, *Historia de las Relaciones Internacionales*, p.542.

¹²⁹ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.201.

¹³⁰ Zorgbibe, *Historia de las Relaciones Internacionales*, p.551.

houvessem sido adversamente afetados por um tratado normalmente o repudiariam impunemente”¹³¹.

Por vezes, o não cumprimento de acordos internacionais são justificados em termos morais e não legais. Podemos ver no caso do tratado de Versalhes, onde “uma das objeções morais mais frequentemente feitas, ter sido baseada não tanto na assinatura sob coação da Alemanha, mas na severidade do seu conteúdo”¹³². O reforço da argumentação com elementos morais vai tentar persuadir o adversário a modificar as suas condições. Outro exemplo de argumentação deste tipo, invoca ainda o “facto de que os governos aliados, invertendo o processo seguido em todas as conferências de paz importantes até então, recusam-se a manter negociações orais com os plenipotenciários das potências derrotadas”¹³³. Daqui resultou, a falta de negociação do tratado entre as várias partes e a conseqüente imposição do mesmo à parte vencida.

O período entre as duas Guerras Mundiais foi abundante em termos de acordos e alianças. Podemos retirar deste facto, que se trata de uma época de grande instabilidade e falta de confiança entre os Estados.

As alianças realizadas deram-se sem olhar a semelhanças de regimes políticos ou partidários, tendo apenas como único objectivo, aumentar o poder estratégico e militar. Esta atitude é referida por Fidelino de Figueiredo como sinal do “homem político servir os ventos da oportunidade”¹³⁴. Em oposição o “homem de pensamento emancipa as coisas e os atos do dinamismo e do relativismo”¹³⁵.

Esta visão da realidade levou a que a Alemanha pretendesse realizar um acordo com a União Soviética, apesar deste ser um dos seus inimigos e a bolchevização representar um perigo para a cultura ocidental.

A intensa discussão entre as posições e alianças conduziu a que “em 1932 a França e a URSS tenham assinado um pacto de não agressão, comprometendo-se cada parte contratante a não participar numa agressão

¹³¹ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.236.

¹³² E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.243.

¹³³ Id., *ibid.*, p.243.

¹³⁴ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.63.

¹³⁵ Id., *ibid.*, p.63.

dirigida contra a outra”¹³⁶. Em meados de 1934, houve uma tentativa de alargamento deste tratado a outros países de leste, mas devido a rancores passados esta aliança não se veio a realizar.

No mesmo ano de 1934, a “França, Inglaterra e Itália publicaram uma declaração comum manifestando a sua adesão à independência da Áustria”¹³⁷.

Depois do insucesso do tratado de leste, a “França e a URSS decidem aproximar-se por meio de uma aliança bilateral”¹³⁸. O pacto foi assinado em 1935.

Também neste ano a França, assinou um acordo entre a Bélgica e a Grã-Bretanha “garantindo reciprocidade dos seus territórios em caso de uma agressão alemã”¹³⁹.

A ordem internacional desta época gerava relações entre os Estados, que por sua vez os conduziam a que se associassem, de modo a garantirem segurança entre si. O que não significava que os mesmos Estados, mais tarde, quebrassem essas alianças. Podemos ver como exemplo disso, o caso em que o governo belga, “em Julho de 1936 decide quebrar o acordo que estabeleceu com a França e o Reino Unido e praticar uma política de completa independência”¹⁴⁰. Na opinião de Carr, sucede este facto dos Estados mais fracos denunciarem os tratados concluídos com os Estados mais fortes “logo que a situação de poder se altere e os Estado mais forte se sinta suficientemente forte para rejeitar ou modificar a obrigação”¹⁴¹. Os Estados agiam, desta forma, levados pelas circunstâncias que lhes pareciam mais favoráveis, ignorando os princípios e as regras dos acordos.

¹³⁶ Zorbigibe, *Historia de las Relaciones Internacionales*, p.564.

¹³⁷ Id., *ibid.*, p.548.

¹³⁸ Id., *ibid.*, p.551.

¹³⁹ Id., *ibid.*, p.559.

¹⁴⁰ Id., *ibid.*, p.562.

¹⁴¹ E. Carr, *Vinte anos de Crise*, p.246.

5.A marcha da História

5.1.O modelo vestefaliano

O período após a segunda Grande Guerra caracteriza-se pela existência a nível mundial de novos fenómenos como a intensificação da globalização com a evolução das comunicações, grandes avanços na ciência e divisão do mundo entre duas ideologias distintas.

Apesar destas grandes transformações, para Cravinho “a organização política internacional continua a ser feita com base territorial, segundo os já velhos princípios vestefalianos”¹⁴², contudo “tacitamente, os Estados compreendem que o traçado das fronteiras deixou de ser um assunto importante para a distribuição do poder no mundo”¹⁴³. Verifica-se, tendo em conta a opinião do autor Cravinho, que “o modelo vestefaliano está hoje demasiado longe da realidade para ser de grande utilidade para a disciplina” mas ainda não foi abandonado por completo “por não haver um modelo alternativo fácil de compreender e de explicar”¹⁴⁴. Do ponto de vista de Isabel Estrada, o sistema vestefaliano em termos de contribuição para a estabilidade política e militar da Europa, assume duas dimensões: “procura a estabilidade através de mecanismos legais e dispõe de alguns instrumentos jurídicos que visam assegurar a paz”¹⁴⁵. Contudo, estes mecanismos parecem estar hoje ultrapassados e nem sempre respondem às necessidades de resolução dos problemas.

Tendo em conta as alterações provocadas pelo acontecimento do 11 de setembro de 2001, podemos enumerar algumas características da nova ordem internacional: “sistema internacional é multipolar pois apesar dos EUA se apresentarem como a potencia hegemónica mundial, este não age isoladamente

¹⁴² J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.271.

¹⁴³ Id., *ibid.*, p.271.

¹⁴⁴ Id., *ibid.*, p.290.

¹⁴⁵ I. Estrada, *Para uma Cultura da Paz*, p.42.

para alterar as condições internacionais; aceleração do processo de globalização em todos os níveis”¹⁴⁶; para o pensamento de José Manuel Pureza verifica-se a existência de um *policciamento atípico*, pois temos a atuação de alguns atores (por exemplo, os EUA) que agem à margem do direito internacional deliberadamente, assumindo publicamente a vontade de alterar algumas regras do direito internacional e colocar outras, salientando-se a guerra preventiva que significa agir antes da agressão.

Podemos constatar ainda uma evolução no conceito de soberania, na opinião de Tomé, diluindo-se a fronteira entre o que é interno e externo. Verificamos que os atores estatais não são os únicos detentores da força física, cada vez mais aparecem novos atores não estatais com força física. Por outro lado, consagrou-se o direito de ingerência humanitária passando os conflitos a ser entendidos como questão de ordem internacional.

Outra característica da nova ordem internacional é o aparecimento de grupos terroristas (exemplo, a Al-Qaeda) que vivem à margem das regras da sociedade. Podemos enumerar como aspetos principais deste novo tipo de terrorismo, o facto de todos os meios serem bons em resultado do fim a atingir que é o maior número de mortes; não revelar qualquer constrangimento ético, moral, político, ou outros, faz apenas a distinção entre fiéis e infiéis; tem um carácter transnacional, ou seja, não tem base fixa existindo células espalhadas por todo o mundo.

Perante este cenário, os EUA após o 11 de setembro decidiram desencadear um conjunto de estratégias para aumentar a segurança.

Como novas formas de ação podemos destacar: o estatuto de Estados Párias, ou seja, aqueles que patrocina o terrorismo; a possibilidade de ações independentes por parte dos EUA, agindo independentemente da NATO e outras organizações pois consideram que se deve agir rapidamente contra o terrorismo; e a definição de ações preventivas e preemptivas, que se traduzem na mudança do conceito de legítima defesa. A preempção significa atuar militarmente no campo da legítima defesa imediatamente antes de se confirmar a ameaça. O que se traduz numa atuação mesmo em caso de dúvida.

¹⁴⁶ Luís Tomé, *Imperativos de Ação nas Relações Internacionais*.

Muitos países europeus, não concordam com estas novas formas de ação e continuam a agir de forma multilateral, ou seja, com outros Estados ou organizações internacionais associadas e a adotar o sentido clássico de legítima defesa.

5.2.As crenças da época

Foi a partir do séc. XIX que se generalizou a fé no poder da ciência para compreender e transformar a condição humana. O surgimento do «cientismo» baseava-se na “crença de que a sociedade se devia organizar em torno de princípios científicos objetivos e que esses princípios eram exclusivistas e monistas”¹⁴⁷. Nesta perspetiva, os indivíduos pouca importância tinham e formavam apenas parte de um sistema integrado na sociedade porque o que contava era o organismo social. Esta visão utópica da sociedade colocava sobre a ciência um conjunto de esperanças e expectativas para resolver.

A fé na ciência levava a que se esperasse que ela “resolvesse os problemas do mundo concreto através do planeamento, da reforma da medicina, da eugenia, da engenharia social e da inovação tecnológica”¹⁴⁸.

Na opinião de R. Overy não se pode dizer que a fé na ciência tenha conduzido até à ditadura, contudo verificamos que neste período estes dois elementos estão muito interligados. Podemos constatar isto, principalmente, na ditadura alemã que tinha como um dos seus motivos a formação de uma nova ordem europeia baseada na hierarquia racial e na superioridade cultural. Esta sociedade cuja fundamentação é racista, recaía em aspetos de exclusão que podiam ir desde elementos físicos e psicológicos até a elementos étnicos tendo apenas como característica pertencer à etnia judaica.

¹⁴⁷ R. Overy, *Os Ditadores*, p.699.

¹⁴⁸ Id., *ibid.*, p.699.

Figueiredo realça também o aspeto dos Estados terem perdido a fé no liberalismo conquistado na revolução francesa, e que depositava no ser humano um conjunto de esperanças e atribuía soberania ao indivíduo. Para alguns autores esta crise no liberalismo deveu-se muito ao facto da burguesia não se ter identificado com a nova democracia, principalmente pela nova forma como o tratado de Versalhes foi negociado e imposto. Este facto conjugado com a crise económica mundial, terá precipitado os nacionais-socialistas para o poder.

Impunham-se agora os regimes baseados no socialismo científico, que “assentavam na crença de que as leis da evolução económica produziriam necessariamente as condições para um sistema social singular assente na abolição das classes e na utilização da propriedade em proveito da sociedade”¹⁴⁹.

Os regimes europeus que assentavam nas ditaduras inspiravam uma revolta contra o liberalismo e o humanismo, que libertava os seus ditadores dos escrúpulos morais convencionais. Os seus regimes rejeitavam “a sua enfâse na soberania do indivíduo, nas virtudes da sociedade civil e na tolerância face à diferença”¹⁵⁰.

Os seus líderes aproveitando a situação de desorientação dos povos face à longa crise, impuseram um regime de poder quase absoluto. Tal como Fidelino de Figueiredo diz “a crise económica desorienta os espectadores e interpretadores da confusão contemporânea, pois há falta de paz (...) mas há também crise das ideias e dos valores guiadores”¹⁵¹. Para além de existirem outros aspetos que levaram ao fracasso dos regimes liberais democratas, este foi aquele que teve maior importância.

Na opinião de R. Overy, a ditadura não foi uma inevitabilidade, nem o produto dessa história, mas apenas uma saída em termos da política cultural e da perspectiva moral. Foi também o resultado do fracasso dos regimes anteriores que causaram descrédito nas populações.

¹⁴⁹ R. Overy, *Os Ditadores*, p.699.

¹⁵⁰ Id., *ibid.*, p.700.

¹⁵¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.209.

O regime ditatorial vigorou na Europa com o consentimento da maioria da população, que contudo teve de “sustentar o preço em termos de liberdade política, dignidade humana e verdade, que tinha de ser pago para poderem ser incluídas na nova sociedade”¹⁵².

Em relação a estes regimes, Fidelino de Figueiredo considerou que, “o espírito inquisitorial renasceu nos regimes de força dos anos intervalares das Grandes Guerras, com todos os requintes de cruel desprezo do homem pelo homem”¹⁵³. A repressão exercida incidia sobre os indivíduos considerados uma ameaça às prioridades políticas do governo. Por outro lado, este tipo de política pretendia decidir e pensar pelas pessoas não lhes deixando espaço para isso.

Perante estes factos Fidelino de Figueiredo considera que “a génese dessa enfermidade coletiva tem de ser procurada no súbito abaixamento da mentalidade e da ética social do homem multitudinário, na selva de ódios e rancorosas contas da Primeira Grande Guerra”¹⁵⁴. O homem desta época acomodou-se à situação, deixando que outros pensassem por ele e deixando-se levar pelas circunstâncias sem questionar a sua razão.

A mentalidade e a ética social devem ter uma filosofia condutora, que para Figueiredo é importante porque a filosofia encaminha o homem e leva-o a propor soluções provisórias e racionais. Contudo, o homem deste tempo não estava disposto a esperar que as soluções fossem discutidas e negociadas. Pretendia ver resultados concretos imediatamente, e para isso se instauraram vários tipos de despotismos que perante a concentração quase absoluta de poderes podiam tomar decisões sem a interferência ou o consentimento de terceiros.

As condições em que as ditaduras surgiram foram pouco claras. O reich de Hitler nunca elaborou a sua própria Constituição e foi a Constituição da República de Weimar, ratificada em 1919, que permaneceu na Alemanha. Isto implicou a vigência da anterior estrutura administrativa, embora os processos legislativos tivessem sofrido alterações radicais, assim como a distribuição do

¹⁵² R. Overy, *Os Ditadores*, p.38.

¹⁵³ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.108.

¹⁵⁴ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.254.

poder. Daqui resultou, um «Estado duplo» que “representava a divisão entre a estrutura constitucional existente e o sistema de poderes executivos e administrativos extraordinários que operavam exteriormente e em contradição com as normas instituídas”¹⁵⁵.

Hitler exigiu uma lei que lhe permitia governar sem parlamento. Esta lei é votada e aprovada, passando deste modo, a vigorar legalmente um regime de ditadura na Alemanha. Esta lei de plenos poderes “assinala o fim da República de Weimar e o início do terceiro reich”¹⁵⁶.

Esta situação, que implicava uma sobreposição de estruturas constitucionais, teve como particularidade a existência de uma fusão entre os poderes executivos e legislativos. As responsabilidades políticas de Presidente e Chanceler foram englobadas num só cargo, que se designou de “Líder”, Der Fuhrer. Como esclarece R. Overy, “o cargo de Fuhrer não era uma «função de Estado», mas uma autoridade «totalmente abrangente» que incorporava a vontade de todo o povo”¹⁵⁷. Desta forma, Hitler “promulgava em seu próprio nome decretos e diretivas que adquiriam força de lei porque o resto do sistema as aceitava como tal”¹⁵⁸. Um decreto promulgado por Hitler era incumbido de caráter imperativo apenas por ser emanado de uma figura com autoridade. Até as ordens verbais adquiriam força de lei, manifestando-se o predomínio consuetudinário sobre o normativo.

Ao nível político, Fidelino de Figueiredo considerava que um dos principais motivos de não haver paz na sua época foi a falta de liderança dos poderes, existindo na Europa condutores que se “deixavam dominar pelo espírito do partido”¹⁵⁹. Este tipo de domínio caracterizava-se pela governação do Estado tendo em conta a subordinação e respeito de todos a uma certa doutrina, comprometendo a garantia de outros interesses mais abrangentes.

Para colocar um termo à guerra, em 1941, Churchill e Roosevelt reúnem-se na conferência anglo-americana, onde foi elaborada a Carta do

¹⁵⁵ R. Overy, *Os Ditadores*, p.103.

¹⁵⁶ D. Shwanitz, *Cultura*, p.204.

¹⁵⁷ R. Overy, *Os Ditadores*, p.111.

¹⁵⁸ Id., *ibid.*, p.112.

¹⁵⁹ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.86.

Atlântico constituída por oito pontos. O debate incidiu principalmente “sobre a ameaça de agressão japonesa e a prioridade que deve ficar definida na luta contra a Alemanha, em caso de entrada na guerra dos EUA”¹⁶⁰.

Stalin anunciou a decisão de adesão à Carta do Atlântico, desde setembro de 1944, “mas mantém reserva quanto «às circunstâncias, necessidades e particularidades históricas de cada país»”¹⁶¹ constituindo esta reserva praticamente uma anulação total da adesão.

Se para os americanos e britânicos a realização da carta “significava a preservação do mundo do domínio dos regimes totalitários”¹⁶², para os soviéticos, a limitação de outros regimes talvez fosse interpretada como uma ameaça futura também ao seu regime de poder.

As negociações entre estas três forças prosseguiram sem que houvesse uma adesão da parte de Molotov.

Esta insistente recusa de adesão foi analisada pelo primeiro secretário da embaixada dos Estados Unidos em Moscovo, Charles Bohlen, que a resumiu num *memorandum* onde constavam três elementos característicos da posição soviética: “a oposição a federações, a intenção na divisão da Alemanha e a atitude desagradável face à França”¹⁶³.

Bohlen concluiu que “ainda que os projetos soviéticos não sejam nítidos, a União Soviética aspirava a ser a única potência militar e política do continente europeu”¹⁶⁴.

Este facto revelador das divergências e inseguranças entre os Estados, comprometeu também a preservação da paz mundial. Entre as três frentes ideológicas dominantes - ditadura, comunismo e democracia – não existia cooperação.

Em 1944, confirmavam-se as suspeitas do secretário americano quando os armistícios consagram a influência da URSS na Europa de leste.

¹⁶⁰ Zorngibe, *Historia de las Relaciones Internacionales*, p.615.

¹⁶¹ Id., *ibid.*, p.615.

¹⁶² Id., *ibid.*, p.615.

¹⁶³ Id., *ibid.*, p.627.

¹⁶⁴ Id., *ibid.*, p.628.

Em 1945, já se avistava o final da guerra com a realização da conferência de Yalta. Apesar de tudo, os ânimos estavam divididos entre o pessimismo e a esperança de uma paz duradoura.

Em 1946, seguiu-se a conferência de Paris, centrando novamente toda a atenção na esperança de haver entendimento entre as quatro maiores potências para a manutenção da paz mundial.

Fidelino de Figueiredo considerou ainda que o espírito de partido criou também obstáculos ao nível da cooperação entre os homens de ciência e pensamento, refletindo-se esta situação, nas reuniões realizadas no final da década de cinquenta contribuindo para que não exercessem a influência desejada.

5.3.A crise da bomba atômica

Encontramos nesta fase, o perigo da guerra atômica como principal ameaça à paz. Depois do lançamento no Japão, em 6 de agosto de 1945 da primeira bomba atômica na cidade de Hiroshima, o mundo ficou assombrado e incrédulo com tão grande escala de destruição.

Deste acontecimento podemos retirar várias interpretações. Primeiro, a capacidade e desenvolvimento industrial e bélico que os Estados Unidos atingiram neste período era inigualável a nenhum outro Estado. A fabricação da bomba atômica exigia recursos e instalações enormes. Segundo, fica-se impressionado com a capacidade do homem se organizar para destruir o outro. Terceiro, recorrendo ao pensamento de Nuno Figueiredo podemos dizer que “se ontem foi a destruição que mobilizou os esforços e dinamizou as vontades, hoje existe num crescente número de espíritos a certeza de que se não se resolvem certos problemas, se não se eliminam certas dificuldades que tornam a vida do homem mais dura, é porque não se quer”¹⁶⁵.

¹⁶⁵ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atômica*, p.10.

O processo de criação da bomba atômica foi realizado em completo segredo. Apesar de um grande número de pessoas já ter conhecimento da sua existência só se tornou de conhecimento público após as explosões no Japão.

Este secretismo foi mantido através da aplicação de várias medidas, que na época serviram para justificar uma causa maior, mas que ainda hoje se colocam em causa.

Para o efeito o Estado americano construiu uma cidade em Oak Ridge, para a produção da bomba atômica colocando inúmeras restrições aos seus habitantes que permaneciam ali quase em isolamento, sem nunca terem acesso ao conhecimento da forma completa de produção. Conforme nos relata um jornal da época, “era impossível a entrada de estranhos”¹⁶⁶ nesta cidade.

Esta forma de limitação de um povo coloca várias questões, como as de saber que tipo de cultura era na realidade a americana? As nações olhavam para a América com esperança de retirarem deste exemplo uma nova forma de vida, mais evoluída e com mais liberdade, no entanto, nem toda a população gozava dos mesmos direitos.

Constatamos para além disto, no mesmo ano de 1946, a existência de fortes limitações à liberdade de expressão, em relação ao assunto da bomba atômica. Em termos de transmissão de informação, as emissoras de rádio e os jornais foram persuadidos a não fazer referência a problemas de energia atômica, apesar de “não existir uma lei que impusesse tal proibição”¹⁶⁷. Perante estes factos, podemos concluir que estamos perante outro tipo de ditadura que vigorou dentro de um regime democrático e aparentemente com o consentimento da população que contudo, não estava devidamente consciente e informada do que significava a produção da energia atômica. Encontramo-nos aqui perante mais outro caso de menoridade de inteligência. Neste caso, mais oculta devido a todo o secretismo à sua volta.

O desenvolvimento científico dos Estados Unidos foi colocado em primeiro plano, mas não a favor da humanidade. O domínio americano sobre este processo foi revelador daquilo que o seu governo é capaz de fazer para

¹⁶⁶ Jornal *Diário de Notícias* de 6 de janeiro de 1946, p.1.

¹⁶⁷ Id., *ibid.*, p.2.

conseguir o poder sobre os outros Estados. Destacam-se os acontecimentos posteriores a 6 de agosto de 1945, por surpreenderem pela forma como as personalidades políticas analisaram este problema mundial.

Podemos referir dois grandes períodos, tendo em conta a análise de Nuno Figueiredo. O primeiro, decorre desde a data do lançamento da primeira bomba atómica até ao início dos trabalhos da Comissão de Energia Atómica da Nações Unidas, em 14 de junho de 1946 e marca uma fase de negociação entre todas as personalidades responsáveis pelas investigações atómicas. O segundo, é marcado por “discussões e negociações para a fiscalização internacional, realizadas na Comissão da Energia Atómica das Nações Unidas e no Conselho de Segurança”¹⁶⁸.

Na primeira fase, podemos verificar a tentativa por parte do Presidente dos Estados Unidos de controlar e manter como segredo a descoberta da bomba atómica. Constatamos este facto na declaração do Presidente Truman dos Estados Unidos, logo a seguir ao bombardeamento de Hiroshima, referindo que “estava consciente da natureza revolucionária do acontecimento e julgava necessárias algumas providências para «fiscalizar a produção e a utilização da energia atómica nos Estados Unidos e também preparar os meios de obter uma fiscalização internacional»”¹⁶⁹. O Presidente Truman referiu ainda que para proteção do país e do resto do mundo considerava fundamental não divulgar a forma de produção e de aplicação militar da bomba atómica. Esta declaração suscitou um grande debate junto da opinião pública e principalmente dos cientistas. Os cientistas opuseram-se logo desde o início, a esta forma de tratamento de uma nova descoberta científica. Consideravam que este poder nas mãos de um só Estado podia constituir um perigo na forma como podia ser usado, desde a intimidação à ameaça.

A aprovação do projeto de Lei May-Johnson, em outubro de 1945, “tinha por fim regular a fiscalização doméstica de todos os assuntos relativos à pesquisa e à produção no campo da energia atómica e cujo objectivo principal era impedir toda e qualquer revelação de informações referentes ao trabalho,

¹⁶⁸ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atómica*, p.16.

¹⁶⁹ Id., *ibid.*, p.17.

quer dos cientistas, quer dos industriais”¹⁷⁰. Esta lei aumentou ainda mais o protesto do grupo de cientistas, principalmente daqueles que estiveram diretamente relacionados na produção da bomba atômica.

Havia por parte deste grupo de profissionais um sentimento de responsabilidade pela destruição que tinha ocorrido no Japão e queriam evitar que estes factos se voltassem a repetir.

Podemos destacar um conjunto de argumentos que usavam com mais frequência para se opor ao sigilo da ciência atômica. Consideravam que o governo estava a abordar a questão atômica com processos e métodos diplomáticos já antigos. A questão não era susceptível a imposições nem restrições, pois como afirmou o cientista Sir James Chadwick «é uma ilusão supor que há qualquer possibilidade de guardar por muito tempo o segredo da produção industrial da bomba atômica»¹⁷¹.

Por outro lado, consideravam que não existe nenhuma nação a poder habilitar-se a ficar com o monopólio do poder atômico, nem mesmo as que invocam serem as «potências do bem».

Consideram ainda que a ciência não tem fronteiras e é num ambiente de cooperação internacional que floresce e se coloca a favor da humanidade. Por isso, a questão do intercâmbio livre na ciência era colocado em causa com a lei May-Johnson.

Recusam a ideia do conhecimento científico ser propriedade do Estado pois a existência da bomba atômica deve-se aos esforços de um conjunto de cientistas de todo o mundo.

Pretendem que os militares sejam afastados do controlo e decisão de uso da energia atômica. O conselho é dado pelo Prof. Hutchins, da Universidade de Chicago, referindo que “se os Estados Unidos quiserem efetivamente fazer perante o resto do mundo prova das suas intenções pacíficas”¹⁷² devem colocar em ação esta ideia.

¹⁷⁰ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atômica*, p.18.

¹⁷¹ Id., *ibid.*, p.126.

¹⁷² Id., *ibid.*, p.127.

Em protesto contra as medidas anunciadas pelo presidente norte-americano, vem também o célebre cientista Albert Einstein que em 23 de maio de 1946 chama a atenção para o grave perigo da continuação da espécie humana se a energia atômica for utilizada na defesa da manutenção da paz.

Outro protesto de relevo surgiu por parte do cientista francês Frederic Joliot-Curie, chefe da missão francesa para a energia atômica, que em junho de 1946 propõe como último recurso a greve da investigação atômica a todos os cientistas do mundo de forma a conseguir chegar a um acordo para a fiscalização desta energia.

Nesta fase, encontrava-se programada uma nova experiência com a bomba atômica no recife de Bikini. Para os cientistas, deste acontecimento não sairia nenhum avanço ou progresso científico, por isso, não viam que a sua realização fosse construtiva. Podemos confirmar através do relato feito por Curie ao jornal da época onde sugere “fazer-se uma experiência mais construtiva mostrando ao público o que se poderia conseguir com a energia atômica num campo mais pacífico”¹⁷³.

Em relação à cooperação dos Estados no campo científico, Fidelino de Figueiredo quer que os países se “ponham de acordo, comuniquem uns com os outros o que sabem, ajudem-se mutuamente a preencher as lacunas dos conhecimentos e das suas técnicas”¹⁷⁴. Quanto à forma como os cientistas se opuseram à realização de mais experiências, assim como à divulgação da informação, é um exemplo de atuação desta cultura para esclarecer a opinião pública e eliminar a sua menoridade de forma a que todos se mobilizem pela paz mundial. Para agirem contra a ignorância do povo americano a única forma seria a divulgação da informação, pois só assim era possível que as pessoas pensassem por si mesmas e formassem uma opinião sobre os acontecimentos.

Podemos constatar que o programa de Truman formulado no projeto de lei May-Johnson levaria à asfixia do trabalho científico e não traria resultados positivos para a humanidade. Este projeto acabou por não ser aprovado, graças à forte campanha empreendida pelos cientistas, que se

¹⁷³ Jornal *Diário de Notícias* de 15 de junho de 1946, p.3.

¹⁷⁴ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.66.

juntaram em organizações e moveram o público norte-americano numa forte corrente a favor da divulgação dos resultados das investigações e da supressão do fabrico da bomba atómica nos Estados Unidos, conseguindo que a lei fosse substituído pelo projeto MacMahon, em agosto 1946.

A lei aprovada ainda não era perfeita, pois ainda não se colocava inteiramente ao serviço da ciência. Podemos constatar que a lei “entrega a fiscalização da energia atómica, nos Estados Unidos, a uma comissão civil, auxiliada por uma comissão consultiva militar”¹⁷⁵. Sendo assim, a decisão da sua utilização estava ainda muito condicionada aos interesses dos militares e políticos.

Apesar de todos os protestos da comunidade científica contra a utilização da bomba atómica, os Estados Unidos continuavam as suas experiências testando as capacidades desta nova descoberta. A experiência realizada na ilha de Bikini em Junho de 1946, demonstra a sua relutância em não dar atenção aos cientistas desvalorizando os seus apelos.

Contudo, os cientistas não desistiram, referindo que a experiência na ilha Bikini não revelava aspetos positivos que pudessem no futuro contribuir para a paz mundial. Retiravam apenas uma vantagem desta operação pois previam que este facto iria aumentar “o apoio popular ás propostas que foram feitas contra o plano norte-americano para a fiscalização atómica”¹⁷⁶.

A par deste processo, os Estados Unidos reuniram-se em 27 de outubro de 1945 com a Grã-Bretanha e o Canadá para discutir a questão da energia atómica. As reuniões estenderam-se mais tarde a outros países, passando este assunto a ser de domínio internacional e deixando de ser apenas do domínio interno dos Estados Unidos.

Em 6 de novembro de 1945, surge a reação de Moscovo a este assunto, condenando uma eventual corrida aos armamentos. Em 27 de dezembro desse ano, a União Soviética comunica que “chega a acordo para a criação, por

¹⁷⁵ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atómica*, p.129.

¹⁷⁶ *Jornal Diário de Notícias* de 30 de junho de 1946, p.3.

resolução da Assembleia Geral da Nações Unidas, de uma Comissão de energia Atômica”¹⁷⁷.

O lançamento da primeira bomba atômica sobre o Japão colocou em cima da mesa muitos problemas de consciência, que ainda hoje se encontram atuais. O autor Nuno Figueiredo expressa-os deste modo: “é defensável a utilização de tamanho poder destruidor, mesmo contra um inimigo? Que garantias há de que os indivíduos que atualmente detêm as posições-chave da fabricação e da conservação das bombas, não as utilizarão como irresistível instrumento de coação internacional?”¹⁷⁸.

Inúmeros artigos de opinião foram publicados nesta época, dando a conhecer ao mundo as soluções que apresentavam. Podemos referir como exemplo, o artigo de Leslie Bain, publicado na Folha da Noite, em São Paulo a 11 de março de 1946, com o título “A única defesa contra a guerra atômica”, onde refere que a melhor solução que o mundo dispõe contra a guerra atômica seria “a conversão das fábricas atômicas para a produção comercial da energia atômica”¹⁷⁹.

De referir ainda uma sentença que levantou grande indignação e protesto na Grã-Bretanha, por ser considerada como uma grave limitação aos direitos e liberdades dos cientistas. O cientista Dr. Allan Nunn May, “acusado de ter feito, à URSS, revelações sobre a energia atômica foi condenado a dez anos de prisão”¹⁸⁰, em 1 de maio de 1946. Contudo, não revelou arrependimento por considerar que estava a fazer o melhor pela humanidade.

Por estar em risco o trabalho de cooperação entre os cientistas, esta sentença levantou a questão da limitação da liberdade dos investigadores se estender a outras áreas, como a medicina.

Foi também debatida a questão dos grupos económicos americanos, nomeadamente os trusts, serem os verdadeiros senhores da bomba atômica, pois controlavam as jazidas de urânio, de tório e de outros materiais.

¹⁷⁷ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atômica*, p.24.

¹⁷⁸ Id., *ibid.*, p.124.

¹⁷⁹ Id., *ibid.*, p.132.

¹⁸⁰ Id., *ibid.*, p.142.

Para contornar esta situação deveria ser consagrada, à Autoridade para o Desenvolvimento Atómico (ADA) o monopólio destas matérias e por outro lado, esta entidade “deveria possuir o direito exclusivo de aquisição, de fabricação e de exploração de toda a utensilagem para a produção de materiais perigosos”¹⁸¹ pois só assim se esperava impedir o emprego da energia atómica para fins de guerra.

Na sequência destes acontecimentos várias reuniões foram marcadas. Fidelino de Figueiredo presenciou estes factos, considerando ser o emergir de uma “vontade de cooperação dos homens de pensamento e de ciência”¹⁸². Podemos destacar três acontecimentos que pretenderam contribuir para a cultura da paz.

Um dos acontecimentos importantes que promoveu a cultura de paz verificou-se em 1950, com a constituição de uma Sociétés Européenne de Culture, sediada em Veneza. Era composta de homens eminentes de vários países, sem discriminação de ideologias ou partidos, que estavam dispostos a reunir esforços para servir a cultura.

Esta sociedade desenvolve-se num ambiente de convívio e diálogo entre as civilizações. A designação «homem de cultura» constituiu uma noção que fez parte do modo de vida dos seus associados e “significa fiel à mente, ao carácter, à acção e aos ideais de boa vontade, de paz e de tolerante compreensão cooperadora em diálogo”¹⁸³.

A adopção de uma solução, a que Fidelino de Figueiredo chamou de convívio organizado entre os homens que representam a cultura europeia representava também outro meio para a manutenção da paz.

Apesar desta vontade de cooperação entre os homens de ciência e de pensamento ela não exerce a influência desejada. De entre as razões encontradas para este fracasso podemos destacar: os obstáculos do espírito de partido muito enraizadas; a linguagem usada nos convívios ou diálogos parece

¹⁸¹ N. Figueiredo, *O Problema da Energia Atómica*, p.143.

¹⁸² F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.67.

¹⁸³ F. Figueiredo, *Paixão e Ressurreição do Homem*, p.112.

muito vaga, cheia de eufemismos e um pouco à maneira dos comunicados internacionais.

Num segundo momento, aparece a tendência para a formação de uma corporação internacional de cientistas, sinal de que “regressa a consciência da responsabilidade e a preocupação ética no pensamento científico — passo indispensável à reintegração da cultura”¹⁸⁴.

Como concretização prática desta responsabilização verifica-se a realização de três reuniões de cientistas: em 1957, na Nova Escócia; em 1958, no Quebec; e novamente em 1958, em Viena de Áustria.

Nesta última, e mais importante tomaram parte cerca de oitenta cientistas de vinte e uma nações que discutiram: o perigo da guerra nuclear, atual corrida aos armamentos e a responsabilidade dos homens de ciência na presente idade atômica.

Este período foi de grande optimismo, pelo que se pode constatar nas conclusões apresentadas na conferência. Concluíram que só uma vontade bem calculada e premeditada de suicídio coletivo faria desaparecer a espécie humana da Terra, mas que a explosão das bombas, se viesse a ser concretizada infligiria grandes áreas de destruição, assim como causaria sofrimentos irreparáveis.

Concluíram também que as explosões experimentais devem acabar e propuseram vários institutos de cooperação internacional para pesquisa científica.

Esta reunião importante para a época pelo número de cientistas reunidos, assim como os temas debatidos e conclusões retiradas, teve no entanto uma publicidade muito limitada. Isto porque, como relata Fidelino de Figueiredo, as agências telegráficas da época não encontraram no facto novidade jornalística de sensação, comparável ao recente lançamento dos satélites russos para o espaço¹⁸⁵.

¹⁸⁴ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.67.

¹⁸⁵ Referimo-nos aqui ao SPUTNIK 1 e SPUTNIK 2, lançados pela União Soviética a 4 de outubro e 3 de novembro de 1957 respetivamente, que orbitaram a Terra por seis meses. Foram os primeiros satélites artificiais da Terra apresentando ainda funções reduzidas.

O acontecimento ficou assim abafado “e os seus comentaristas nem tomaram conhecimento do despertar da consciência moral do mundo científico”¹⁸⁶.

Um terceiro acontecimento relevante foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Pretendeu-se criar um governo mundial do convívio das nações, para que se entendessem com boa vontade solidária e não recorressem às armas. Toda a matéria de litígio internacional transformar-se-ia em tema de negociação pública e de cooperação.

Mais uma vez o sucesso desta iniciativa esteve condicionada por vários obstáculos, dentre os quais podemos destacar três.

A sua atividade reduziu-se à votação de moções redigidas de forma precisa para que não suscitasse melindres nas delegações dos blocos dominantes. A sua estrutura original contém vários defeitos, como privilégios perpétuos dos fundadores. Quanto aos limites de ação, nada impediu que os Estados ali reunidos por um estatuto pacifista continuem, fora da organização, a sua política de guerra. Assim o fizeram, chegando a dividir o mundo em dois blocos militares, políticos, económicos e morais antagónicos.

Para Fidelino de Figueiredo, o aparecimento da Sociedade das Nações a seguir à I Guerra Mundial e a Organização das Nações Unidas a seguir à II Guerra Mundial, demonstraram a necessidade e a tendência para a “concentração do governo do mundo”¹⁸⁷. O autor evidencia a importância destas organizações como exemplo a seguir no âmbito da cultura da paz e na cooperação para este fim.

Para Fidelino de Figueiredo, a existência destas organizações internacionais permitia que desempenhassem o papel de elo de ligação entre os Estados, tendo em conta que cada vez mais a existência de um conflito armado representava uma ameaça de repercussão e de internacionalização. O autor não discute o papel moral que estas organizações desempenham, mas apenas a sua importância no âmbito da cooperação entre os Estados. Esta cooperação permite colocar de parte os nacionalismos e agir por um fim maior, como a paz.

¹⁸⁶ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.68.

¹⁸⁷ Id., *ibid.*, p.97.

As organizações internacionais representam para o autor a solidariedade dos interesses que pode existir entre os vários povos da terra para o cumprimento de um determinado fim.

5.4.Principais problemas da época

A seguir às duas Grandes Guerras Mundiais, instaurou-se a crise. Esta crise não se refletiu apenas ao nível económico, mas em quase todos os níveis da sociedade.

Para Fidelino de Figueiredo, o caminho para ultrapassar esta crise “é o convívio organizado entre os homens que representavam a cultura europeia”¹⁸⁸. E vai mais longe, quando afirma que “a segurança da paz principia na retidão da consciência de todos nós, em todos os atos das relações sociais, em todas as palavras e em todos os pensamentos”¹⁸⁹. O papel da educação tem uma importância fundamental para o autor, pois será a base da conduta do indivíduo e determina a qualidade das suas relações sociais ao longo da vida.

A opinião de José Manuel Pureza vai ao encontro do pensamento de Fidelino de Figueiredo ao afirmar que a solução para o problema da guerra e da paz reside “na superação da cultura política fragmentária por uma cultura da solidariedade humana transnacional”¹⁹⁰.

A manutenção da paz exige não apenas o convívio organizado entre os Estados e organizações internacionais, mas também o próprio comportamento quotidiano de cada indivíduo contribui para que permaneça.

No entendimento de Fidelino de Figueiredo, apesar dos factos observados com as duas Grandes Guerras, devemos continuar a acreditar na espécie humana e na sua possibilidade de se transformar para melhor.

¹⁸⁸ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.69.

¹⁸⁹ Id., *ibid.*, p.96.

¹⁹⁰ J. Pureza, *Para uma Cultura da Paz*, p.12.

O autor tem também uma explicação para ter ocorrido este período histórico. Considera que existem dois planos de visão do mundo: o plano visível, que consiste na “luta pelo domínio do homem sobre o homem que ocorre através da revolução, da guerra, da intriga entre os povos e entre as classes”¹⁹¹; e o plano oculto, que consiste na infra-história, no domínio do homem sobre a Terra que se manifestou na sua época através do átomo.

Estes dois planos coexistem simultaneamente, contudo o que transforma o mundo visível é o trabalho lento e silencioso da infra-história. Neste plano estão “os espíritos que trabalham em saber, em compreender e extrair conclusões práticas do conhecimento da natureza, do homem e da sua condição”¹⁹². Dentro destes espíritos, como o autor chama, estão incluídos todos os homens de ciência e saber que contribuem para a evolução e melhoria das condições de vida. E é devido ao seu contributo que se “constituíram a ciência, a técnica, a arte e a cultura, que elabora ideias gerais e guiadoras”¹⁹³.

Perante os acontecimentos da época, principalmente após a II Guerra Mundial, o autor conclui que a situação se reverteu encontrando-se um predomínio do plano oculto (infra-história) sobre o plano visível.

Este facto deveu-se à circunstância do progresso da ciência se ter colocado ao serviço do progresso da técnica de guerra. Sendo assim, “os senhores da política internacional, estavam sendo comandados pelos homens de ciência”¹⁹⁴.

Por outro lado, podemos concluir que nesta fase após a II Grande Guerra, se verificou o domínio da política sobre a inteligência ou menoridade da inteligência, através do controle de produção de armas novas e colocando-as ao serviço do poder e dos interesses das superpotências.

O homem tem demonstrado ao longo dos tempos, que mais facilmente se mobiliza para a guerra do que edifica a paz.

Apesar de todo o progresso na ciência e na técnica, Fidelino de Figueiredo não considera que o avanço nestes campos tragam melhorias

¹⁹¹ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.47.

¹⁹² Id., *ibid.*, p.48.

¹⁹³ Id., *ibid.*, p.48.

¹⁹⁴ Id., *ibid.*, p.50.

culturais para a sociedade, porque para a “vitalidade colectiva das civilizações só o seu crescimento humano; só a elevação da sua filosofia moral, constituem expoentes iniludíveis da verdadeira grandeza”¹⁹⁵.

De modo a compreender melhor a definição de técnica, Marcuse considera que é “um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas”¹⁹⁶. Mas o progresso da técnica, deve-se ao progresso da ciência. A ciência por sua vez, deve ter em vista um projeto de desenvolvimento para a sociedade.

Para Fidelino de Figueiredo a “ciência ainda não é cultura; e técnica, só por si, pode tornar-se anticultura”¹⁹⁷. A anticultura revelou-se quando a ciência colocando-se ao serviço da técnica, não conseguiu colocar o uso das suas descobertas ao serviço do bem da sociedade.

Ao abordar o tema da ciência e da técnica, Habermas expõe no seu livro a doutrina de Marcuse. Refere-se à dominação das sociedades capitalistas sobre a consciência da população agindo através do aumento da produtividade. Habermas quer desta forma salientar a ideia de que, se por um lado, a ciência contribui para a melhoria das condições de vida do indivíduo, por outro lado, também apresenta a desvantagem de tornar as pessoas mais afastadas da realidade.

Marcuse explora a qualidade da técnica que existe atualmente. A técnica “é dominação metódica, científica, calculada e calculante”¹⁹⁸. A técnica que se traduz na tecnologia existente, representa para Marcuse uma “falta de liberdade do homem impedindo-o de determinar pessoalmente a sua vida”¹⁹⁹. A técnica, controla atualmente grande parte da nossa vida, sem contudo se saber qual o sentido do seu progresso.

¹⁹⁵ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.215.

¹⁹⁶ Apud J. Habermas, *Técnica e Ciência como Ideologia*, p.45.

¹⁹⁷ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.64.

¹⁹⁸ Apud J. Habermas, *Técnica e Ciência como Ideologia*, p.46.

¹⁹⁹ Id., *ibid.*, p.49.

Vemos que “a direção, as funções e a velocidade do progresso técnico”²⁰⁰ ainda continuam a ser determinados pelos interesses políticos e sociais. Verifica-se assim, que um progresso técnico-científico só é relevante quando existe evolução do bem estar social. Por outro lado, esta evolução na técnica encontra-se ainda dependente de outra variável, que se traduz no crescimento económico.

Este desenvolvimento industrial e científico esteve ao serviço do Estado durante as duas Grandes Guerras, sendo ele que suportava os seus encargos. Neste sentido, é o Estado “que fomenta em primeiro lugar o progresso científico e técnico no campo militar”²⁰¹. Por outro lado, também se verifica o inverso quando a ciência voluntariamente se coloca a favor do poder e o legitima colaborando na invenção de mais armamento de guerra.

Outro fator novo em relação aos progressos tecnológicos é que estes “tinham uma capacidade destrutiva muitíssimo mais elevada, aumentando brutalmente o custo humano e económico de guerra”²⁰². Além da sua capacidade de destruição ser mais eficaz, também a sua produção era em maior número. Quanto à produção industrial, baseada na nova tecnologia, Fidelino de Figueiredo fala num evidente declínio “porque a riqueza só por si não atesta vitalidade saudável numa civilização ou cultura”²⁰³.

Podemos verificar esse declínio ao nível humano, quando houve a exclusão dos judeus da sociedade durante a II Grande Guerra. Estes judeus faziam parte da sociedade alemã e tinham os mesmos direitos. Estavam integrados na sociedade dentro dos seus grupos de pertença.

Hitler determinou que este grupo social fosse eliminado. No entanto, não existe um documento com uma ordem expressa de genocídio, existiu sim uma ordem que foi aceite e realizada. De seguida, os nazis trataram-nos como inimigos e recaíram sobre eles a causa de todos os males. Viram os seus direitos ser-lhes retirados, dificultaram-lhes a vida, insultaram-nos, privaram-nos de se

²⁰⁰ Apud J. Habermas, *Técnica e Ciência como Ideologia*, p.73.

²⁰¹ Id., *ibid.*, p.72.

²⁰² J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.93.

²⁰³ F. Figueiredo, *Paixão e Ressurreição do Homem*, p.88.

alimentar, movimentar, roubaram-lhes as posses, torturaram-nos e mataram-nos.

Tudo isto foi realizado sem ninguém os defender, sem protestar. Perante estes factos retiramos a conclusão de que estamos perante uma sociedade aturdida, amedrontada e impotente, contudo, estamos também perante o colapso moral completo das elites alemãs. A sua indiferença perante os judeus representa na palavras de Shwanitz “um momento de empobrecimento interior e humano e da barbárie política”²⁰⁴. Ocorre também uma mudança na perspectiva nas pessoas quando existe uma classificação do mesmo facto mas dum ponto de vista diferente. Os rótulos que se colocam depois a uma dada situação podem mudar a visão do mesmo facto e a posteriormente reacção a ele.

O facto de ter existido o genocídio sobre um povo representa para Fidelino de Figueiredo, a decadência da pessoa humana, que se traduz na falta de vontade em agir pelo bem, assim como a falta de cultura. Esta decadência que o autor considera estar implícita em toda a civilização europeia, corroída por duas guerras traduz-se também “na sua impotência para organizar a paz, a sua falta de homens superiores e também nas relações com outros povos (...) explicam a perda do seu prestígio mundial”²⁰⁵.

O holocausto perpetrado pelos nazis no assassinato sistemático dos judeus, tinha como objetivo a extinção do povo de Israel. Estes crimes pela sua dimensão e aparato são para a humanidade de impossível compreensão, uma vez que se situam para além de qualquer racionalidade. Estes crimes perpetrados, levaram muita gente a perder inibições que a civilização acarreta.

Tendo como base a doutrina racial darwinista da luta pela existência e da sobrevivência do mais forte, constituía uma justificação para as atrocidades e acalmava as consciências dos crimes cometidos.

O genocídio perpetrado contra os judeus acabou por assassinar cerca de seis milhões de pessoas, constituindo hoje em dia uma vergonha para os alemães.

²⁰⁴ D. Shwanitz, *Cultura*, p.207.

²⁰⁵ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.211.

Uma outra tirania teve lugar no século XX, na Rússia, sob o comando de Estaline. Sendo as condições económicas e sociais muito difíceis na época, a Rússia tal como a maioria dos países foi também afetada. Estaline deu então início à industrialização forçada e à colectivização repentina da agricultura. Isto representou a retirada das terras aos camponeses, reunindo-as em grandes explorações agrícolas do Estado. O resultado foi a morte de milhões de pessoas pela fome.

Esta política, que não olhou às consequências, reduziu o ser humano ao nível mais baixo, transformando a Rússia num país de escravos industriais.

Com os exemplos de Hitler e Estaline, o mundo viu emergir o lado mais sombrio do ser humano, pois constituem exemplos de tirania que não podem ser esquecidos.

Depois da I Guerra Mundial, a criação de um “sistema de segurança colectiva foi a resposta que se procurou dar ao desacreditado sistema de equilíbrio de poderes”²⁰⁶. Mais tarde, quando esta sociedade deixou de vigorar por incumprimento dos seus princípios fundamentais, foi criada a Organização das Nações Unidas a seguir à II Grande Guerra.

A Sociedade das Nações constituiu um elemento fundamental na nova ordem internacional. Para Fidelino de Figueiredo a criação desta sociedade representou uma grande ideia pois permitia que “toda a matéria de litígio internacional se transformasse em tema de negociação pública e de cooperação”²⁰⁷.

A criação da Sociedade das Nações representou uma grande inovação para a época e “um reconhecimento de que o século XX trazia problemas novos que não podiam ser resolvidos com recurso aos mecanismos tradicionais”²⁰⁸.

A Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas, “demonstram a necessidade e a tendência para a concentração do governo do

²⁰⁶ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.96.

²⁰⁷ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.76.

²⁰⁸ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.98.

mundo”²⁰⁹, representando este diálogo entre as nações uma nova esperança de entendimento.

A criação de organizações desta natureza confirmam ainda, uma preocupação pelo bem e segurança mundial, considerando Figueiredo que esses povos se levantam contra todas as tendências destrutivas do homem e afirmam a sua maioria, despertando para a resolução dos problemas através do convívio e da tomada de decisões. Por isso, apesar de ter presenciado na sua época a uma tendência para a obsessão guerreira que prendeu o homem em todas as suas formas de liberdade, Figueiredo ainda assim mantém a opinião que “não se deve descreer do homem”²¹⁰.

Após a criação deste tipo de organizações de política internacional, Cravinho defende que continua a estar em vigor a diferenciação entre os Estados com base territorial, segundo os princípios vestefalianos embora, “tacitamente os Estados compreendem que o traçado das fronteiras deixou de ser um assunto importante para a distribuição do poder no mundo”²¹¹. A análise do país em termos de número de habitantes e superfície terrestre deixou de ter relevância.

²⁰⁹ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.97.

²¹⁰ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.70.

²¹¹ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.271.

6. Atualidade do pensamento de Fidelino de Figueiredo

O problema da cultura da paz tem sido ao longo dos tempos, diversas vezes abordado. Reflete uma preocupação legítima e atual de todos os cidadãos, que apesar de tudo, ainda não tem solução definitiva.

Desde a *Paz Perpétua* de Kant até as *Ideias de Paz* de Figueiredo, os vários autores têm procurado um ideal por uma maior elevação e liberdade do homem.

No livro *Entre Dois Universos*, de 1959, Fidelino de Figueiredo reflete sobre o problema da paz. Considera que o caminho correto para a paz “é o convívio organizado entre os homens”²¹². Defende a criação de organizações internacionais para a resolução dos conflitos mundiais pois só pela troca de ideias e diálogo, se pode chegar a consensos e a tomada de decisões.

Com os avanços da ciência as distâncias entre as pessoas tornaram-se mais curtas considerando por isso, que sendo “a terra já muito pequena (...) qualquer conflito armado se internacionaliza”²¹³, o que representa um risco para todos.

Mesmo quando um Estado se encontra na situação de paz, Kant alerta que “a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz”²¹⁴, mas apenas uma fase de espera onde os Estados avaliam os prós e os contras antes de iniciar uma nova guerra. Por isso, analisando o período intercalar podemos concluir que mesmo depois dos conflitos terem terminado e se ter assinado a paz esta situação não conferiu segurança aos Estados. Um tratado de paz não representa a garantia da paz, porque apenas “põe fim a uma guerra determinada, mas não ao estado de guerra”²¹⁵.

Fidelino de Figueiredo considera que a exaltação do patriotismo como aquele que ocorreu após a I Grande Guerra, onde cada país procura o seu

²¹² F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p. 69.

²¹³ Id., *Ibid.*, p.53.

²¹⁴ Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, p.126.

²¹⁵ Id., *ibid.*, p.134.

próprio interesse, (a sua própria grandeza) à custa dos outros países, não contribui para a promoção da paz entre os povos. Considera esta visão já desatualizada pois, “o homem moderno sente o conjunto integral da sua pátria e ama e venera muitas outras pátrias”²¹⁶ existindo um sentimento de maior solidariedade dado que a proximidade também aumentou.

Podemos constatar aqui que para Fidelino de Figueiredo o patriotismo exacerbado é um dos principais motivos do surgimento de guerras. Uma das formas para se limitar esta situação pode ser a cooperação entre os Estados. Fidelino de Figueiredo presenciou essa tendência, considerando que depois de duas Grandes Guerras os Estados aprenderam que esta seria a melhor forma de entendimento, partilhando a solidariedade de interesses entre todos os povos de Terra.

A partir daqui não cessaram de aumentar diferentes formas de associações voltadas para diferentes assuntos, quer políticos, regionais, militares ou económicos. No plano Europeu, a atual União Europeia, é um dos exemplos de cooperação entre os Estados, com o objetivo de resolverem assuntos em várias matérias. A formação de uma cooperação deste tipo exige a perda de alguma soberania pois algumas decisões passam a ser tomadas por órgãos externos, o que significa que “o Estado já não é a esfera de poder exclusivo”²¹⁷.

A abertura dos Estados a uma tendência cooperadora onde se concentram os governos, demonstra a formação de uma nova mentalidade mundial voltada para a solidariedade de interesses entre todos, mesmo que isso exija a perda de alguma soberania no plano interno das nações.

Fidelino de Figueiredo considera que através desta “tendência cooperadora; esses povos levantam-se e afirmam a sua maioria ou o seu despertar”²¹⁸, agindo no sentido da tomada de decisões comuns.

A cooperação atual entre os Estados Europeus enquadra-se na ideia de direito cosmopolita que foi defendida por Kant na medida em que “permitia às

²¹⁶ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p. 56.

²¹⁷ G. Soulier, *A Europa*, p.358.

²¹⁸ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.98.

peças desfrutar de um intercâmbio de ideias com habitantes de outros países”²¹⁹. A ideia do cosmopolitismo seria gratificante para todos os Estados se não ocorressem acontecimentos que alargam as diferenças e impõem restrições, como as crises económicas. É nesta situação que se agrava a separação entre os mais fortes e os mais fracos, resultando daqui que “quem tem nas mãos o poder não deixará que o povo lhe prescreva a lei (...) nem se sujeita a nenhuma lei exterior”²²⁰. Aqui reside uma das maiores dificuldades que se pode encontrar na aplicação prática do cosmopolitismo.

Contudo, podemos dizer que a ideia de cosmopolitismo é defendida por Fidelino de Figueiredo, quando salienta a pequenez da terra, a aproximação entre os povos, e o aumento de comunicação entre eles. Este autor reforça a tendência para a defesa dos valores cosmopolitas, quando afirma que o caminho a seguir para a existência de paz no mundo deverá ser a cooperação entre os Estados, destacando uma mentalidade diferente no entendimento das questões mundiais. Esta mentalidade traduz-se num sentimento de curiosidade que o motiva a querer saber mais do outro, por oposição a um sentimento de rivalidade e competição que podemos encontrar no passado. Por outro lado, as relações entre os Estados estreitam-se devido ao maior número de problemas comuns entre todos.

A ideia de cosmopolitismo foi estudada por Kant, quando escreve a sua obra *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Ao defendê-la salienta que esta deve ser tida em conta na atuação, em primeiro lugar nos membros políticos, uma vez que estes podem promover a razão humana e não a força. Por outro lado, a defesa do direito cosmopolita em Kant é uma ideia que deve ser complementada com outros elementos, nomeadamente com as constituições nacionais. O cosmopolitismo só por si, não tem a força necessária para ser cumprida pelos Estados.

Apesar de existirem diferentes tipos de cosmopolitismo, encontramos em Fidelino de Figueiredo, a concepção do cosmopolitismo kantiano pois neste sentido, “os indivíduos podem ser cidadãos do mundo e ao mesmo tempo

²¹⁹ Apud D. Held, *Cosmopolitismo*, p.50.

²²⁰ Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, p.153.

cidadãos dos Estados existentes”²²¹. A sociedade cosmopolita contém em si um direito cosmopolita que lhes permite “desfrutar de um intercâmbio de ideias com as pessoas de outros países” constituindo isto “um «complemento necessário»”²²² aos códigos vigentes atualmente.

A defesa do cosmopolitismo como modelo social e político no mundo, tem sido entendida por vários autores como uma possível solução ao modelo vestefaliano que vigora atualmente.

O catedrático inglês, David Held defende a substituição do atual modelo liberal de soberania, pelo chamado modelo cosmopolita de soberania. Segundo Held, neste último modelo “as comunidades políticas delimitadas perdem o seu papel de único centro de poder legítimo”²²³. Encontramos neste autor a defesa da redução da soberania dos Estados no seu plano interno para a soberania passar a ter mais força no plano externo. Esta poderá ser uma forma possível de reduzir os conflitos internacionais. A cooperação entre os Estados continua a ser importante, mas para Held “o que se modificou foi a sua razão de ser, que agora é mais profunda e completa (...) agora os problemas são compartilhados assim como as ameaças”²²⁴.

Outro autores como Cravinho, defendem que “tacitamente os Estados compreendem que o traçado das fronteiras deixou de ser um assunto importante para a distribuição do poder no mundo”²²⁵. A nova ordem internacional reclama novas formas de atuação perante os problemas mundiais.

O Estado baseado na soberania controlava o seu poder e resolvia os assuntos nacionais e internacionais, mas a interrelação cada vez maior destes assuntos dificulta esta distinção exigindo por sua vez, respostas mais rápidas e eficazes para os problemas que surgem, como as crises financeiras e as catástrofes ecológicas.

O Estado soberano agia isoladamente e por vezes em secretismo para ser superior aos outros, atualmente isto deixou de fazer sentido pois cada vez

²²¹ D. Held, *Cosmopolitismo*, p.51.

²²² Id., *ibid.*, p.51.

²²³ Id., *ibid.*, p.30.

²²⁴ Id., *ibid.*, p.26.

²²⁵ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.271.

mais as ações são coordenadas e multilaterais encontrando-se interdependentes uns Estados em relação aos outros para a resolução de problemas.

Atualmente, ao nível comunitário, podemos constatar um crescente aumento dos poderes das instituições, especialmente do Parlamento Europeu, esperando que com isto se transfira mais poder de decisão para os níveis inferiores, ou seja, os cidadãos europeus. Isto implica forçosamente uma diminuição dos poderes nos órgãos de soberania de cada Estado.

Ainda não surgiu uma melhor solução para substituir o atual modelo pois “ainda é possível identificar elementos vestefalianos na vida internacional e por não haver um modelo alternativo fácil de compreender e explicar”²²⁶. Contudo, parece que a melhor solução para a resolução dos problemas comuns de cada Estado se encontra na forma de atuação e cooperação em conjunto.

O atual momento de transição paradigmática, leva-nos a pensar em novos modelos de governança para o mundo, de forma a dar resposta aos novos desafios.

O problema do chamado *défice democrático* que nos fala Cravinho, tem dominado muito a atenção a nível mundial tentando-se encontrar mecanismos adaptados à realidade da nossa época. Tendo em conta este *défice*, os autores referem que as soluções passam por um “relacionamento mais direto entre as vontades políticas das populações europeias e as opções tomadas no contexto da integração europeia”²²⁷. O diálogo e a interação de ideias deve ser desenvolvido dando espaço ao surgimento de uma nova mentalidade que pretende tomar consciência dos seus interesses comuns.

Na opinião de Cravinho, as soluções que se pretendem encontrar atualmente estão muito longe dos princípios enunciados no modelo vestefaliano. Neste sentido se encontra também José Manuel Pureza que encontra na cultura da paz três vetores de transformação que se traduzem numa maior aproximação dos processos de construção coletivos das populações. Os três vetores traduzem-se “numa substituição da territorialidade pelos interesses comuns, na substituição do etnocentrismo pelo

²²⁶ J. Cravinho, *Visões do Mundo*, p.290.

²²⁷ Id., *ibid.*, p.286.

multiculturalismo e na substituição das lealdades de proximidade por uma cidadania cosmopolita”²²⁸.

O cosmopolitismo terá como finalidade estabelecer as bases desta nova cultura política onde todos são importantes e têm um papel a desempenhar na cidadania cosmopolita.

Como forma de cumprir os seus objetivos, o cosmopolitismo baseia-se em princípios universais, direitos humanos e valores democráticos, estando por isso presente a dignidade, o respeito e a autonomia dos seres humanos. Estes valores são também fundamentais para a promoção da paz.

Com a “Resolução 52/15, de 15 de Janeiro de 1998 e a criação de um programa de Ação sobre a cultura da Paz, a Assembleia das Nações Unidas”²²⁹ posiciona a paz não apenas como uma condição política, mas também uma categoria moral e até cultural.

Esta facto vem dar razão a Fidelino de Figueiredo quando afirma que “a segurança da paz principia na retidão da consciência de todos nós, em todos os atos das relações sociais, em todas as palavras e em todos os pensamentos”²³⁰. Este autor defende que, a paz é um elemento essencial para a cultura ter condições de se desenvolver e permitir melhorar a condição humana.

Podemos deste modo também constatar, que a centralidade dada pelo autor à cultura quando afirma que esta é a “essência da vida”²³¹, é um elemento fundamental atualmente para a evolução da sociedade. A atmosfera cultural que o autor presenciou antes das duas Guerras Mundiais, que vão desde os juízos mentais até ao trato pessoal, modificou-se totalmente após estes acontecimentos, verificando-se uma diminuição dos direitos humanos. Atualmente, a busca por encontrar novas formas de governança traduz-se também por uma procura de uma nova cultura que se baseia no respeito pelos princípios universais.

²²⁸ J. Pureza, *Para uma Cultura da Paz*, p.15.

²²⁹ Id., *ibid.*, p.7.

²³⁰ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.95.

²³¹ F. Figueiredo, *Ideias de Paz*, p.251.

A evolução do homem encontra-se na sua capacidade de pensar por si mesmo saindo do seu estado de menoridade. Esta forma de agir terá como meio as instituições públicas onde se expressaram as vontades para a tomada de decisões. Mas tudo isto deverá ter como suporte o direito e a lei. Contudo, não se pretende uma sociedade fundada apenas nos interesses jurídicos, mas também uma sociedade moral.

Este será o caminho para a cultura da paz que foi definido pela UNESCO em 2000, e está intimamente relacionado à presença e à resolução não violenta dos conflitos. Através da cultura de paz “procura-se resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis”²³².

Falar em cultura de paz é falar dos valores essenciais à vida democrática. Valores como a igualdade, respeito pelos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, justiça, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social que sempre foram defendidos pelos maiores pensadores ao longo dos tempos. A questão coloca-se em saber como resolver os problemas internacionais, quando eles se agravam e originam situações de guerra, como a que atualmente presenciamos na Síria?

Para além do documento da UNESCO, a cultura da paz tem também outras fontes inspiradoras como: o documento de Haia, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta das responsabilidades humanas, o relatório mundial da cultura de paz e o Manifesto 2000.

Este último, proclamado como o nome indica no ano 2000, inclui seis promessas para a cultura da paz: respeitar todas as vidas, rejeitar a violência, partilhar a generosidade, ouvir para compreender, preservar o planeta e reinventar a solidariedade. Este documento foi elaborado por um grupo de personalidades Nobéis da Paz e representa uma tomada de consciência e responsabilidade do indivíduo para a promoção da paz mundial.

Com este documento podemos confirmar que a paz pode estar na esfera de controlo dos indivíduos e não apenas dos governos dos Estados. Os indivíduos hoje podem fazer mais para a construção da paz mundial “pelo

²³² UNESCO (www3.unesco.org/manifesto2000/uk/uk_6points.htm)

exercício dos direitos fundamentais de comunicação e de participação”²³³ pois nunca antes se tinha chegado a um nível de educação como aquele que temos atualmente, aliado à forma de transmissão rápida dos seus conhecimentos.

Para José Manuel Pureza a cultura da paz supõe “uma dinâmica de transformação e de conversão, o que significa que a cultura da paz comporta não apenas uma mudança no modo como a chamada ‘alta cultura’ lida com a realidade mas, mais que isso, uma mudança na maneira como o senso comum aborda as relações sociais”²³⁴. A transferência deste poder de decisão para a população em geral, encontra ainda algumas dificuldades práticas de aplicação.

Sendo uma agência especializada criada com as Nações Unidas no ano de 1945, a UNESCO tem vindo a adaptar-se às exigências atuais alterando os seus objetivos. Estando na segunda metade do século XX, voltada para a contribuição da paz através da educação, ciência e cultura, defendia também que “a igualdade entre os homens é um direito que se prolonga ao nível da existência”²³⁵. Atualmente podemos encontrar os seus objetivos voltados para a construção de sociedades de conhecimento inclusivo através da informação e comunicação.

Mas as suas alterações não se limitam apenas aos objetivos, mas também às ideias que lhe servem de fundamento. A UNESCO, sendo também uma organização reguladora do direito internacional reveste-se hoje de um conceito mais abrangente de ideia de humanidade. Podemos diferenciar três sentidos de humanidade. O primeiro, diz respeito ao bem comum, e está incluído, por exemplo, na Convenção sobre o estatuto da Antártida e no tratado sobre as atividades dos Estados na lua. O segundo, diz respeito “à proteção dos direitos humanos essenciais”²³⁶, onde está incluída a Convenção sobre a prevenção de crimes de genocídio, considerados crimes contra a humanidade. O terceiro, diz respeito “à ideia de uma civilização comum ou de um

²³³ I. Estrada, *Para uma Cultura da Paz*, p.49.

²³⁴ J. Pureza, *Para uma Cultura da paz*, p.8.

²³⁵ Y. Achour, *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, p.142.

²³⁶ Id., *ibid.*, p.143.

património civilizacional comum”²³⁷ que abarca o património mundial, cultural e natural.

A ideia de humanidade insere-se dentro de uma civilização comum, por isso no documento da UNESCO encontramos duas ideias fundamentais relativamente à civilização. Y. Achour enumera-as, sendo “a primeira relativa à especificidade das civilizações e ao seu direito ao respeito e a segunda é relativa à existência dum civilização humana, que se concentra concretamente na existência dum património cultural e civilizacional comum a toda a humanidade”²³⁸. A promoção pela diversidade cultural é um dos desafios éticos e sociais que esta organização enfrenta atualmente. Desta forma, pretende criar condições para que as culturas se desenvolvam livremente, através da promoção do diálogo entre culturas, da cooperação e da solidariedade internacional.

A evolução dos conceito está intimamente relacionada com a evolução desta organização. Os conceitos precisam de ser estudados para não haver divergências de interpretação no Tribunal Internacional de Justiça. Um dos exemplos que podemos apresentar sucedeu-se na alteração dos conceitos de *nação civilizada* e *missão civilizadora*. O conceito vinha desde o pacto da Sociedade das Nações Unidas em que se fazia a associação entre nação civilizada e nação desenvolvida. A referência à expressão *nação civilizada* deixou de ser utilizada, assim como a ideia correspondente, sendo retirada da Carta africana dos direitos dos homens de 1981 e de outros textos de direito internacional.

O conceito de civilização está intimamente relacionado com o de cultura, para Achour. A ideia de civilização implica a existência de um facto objetivo e de um julgamento de valor. Como facto objetivo podemos dar como exemplo, o vestuário e a culinária. Como julgamento de valor, encontram-se as componentes intelectuais como os hábitos mentais, os valores morais, os sentimentos comuns, entre outros. A utilização do conceito de civilização relacionado com o conceito de nação pode criar equívocos e dificuldades de interpretação, como no caso acima apresentado, na medida em que deprecia e

²³⁷ Y. Achour, *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, p.143.

²³⁸ Id., *ibid.*, p.142.

diferencia os valores culturais em termos qualitativos. A UNESCO é contra este tipo de diferenciação, pois a sua missão prende-se antes com a promoção da diversidade cultural, sendo por isso valorizadas todas as culturas independentemente do seu estado de evolução.

Relativamente ao entendimento do documento por parte de todos os Estados, verificam-se também dificuldades de comunicação devido às diferentes interpretações do documento. Podemos enumerar que, “a concepção de direitos do homem, por exemplo, não tem o mesmo sentido, a mesma densidade, o mesmo conteúdo para todos”²³⁹. Para os Estados árabes, os direitos do homem correspondem a obrigações legais pois são vistos como direitos de Deus.

As mudanças nos textos internacionais recaem não só sobre determinados conceitos, mas também no sentido que é atribuído por outros países e culturas. Este aspeto é relevante porque as sociedades são dinâmicas e estão em constante movimento; por isso, há necessidade de realizar atualizações na própria lei para que esta continue em vigor. Sendo assim, “a partir do Pacto da Sociedade das Nações, a comparação entre as nações não se colocou mais em termos de civilização, mas em termos de desenvolvimento”²⁴⁰, passando-se a analisar os elementos de carácter económico, tecnológico e industrial, em detrimento dos elementos de carácter cultural, espiritual, artístico para fins de direito internacional.

Por outro lado, definiu-se uma nova missão de civilização, deixando de assumir uma direção de carácter espiritual dos povos e passando antes “a ajudá-los a se governarem eles mesmos dentro das condições particularmente difíceis do mundo moderno”²⁴¹.

Neste sentido, a maior contribuição da proclamação do ano 2000 como ano internacional para a paz foi a de concluir que a “paz só pode ser alcançada pelo comportamento quotidiano”²⁴².

²³⁹ Y. Achour, *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, p.46.

²⁴⁰ Id., *ibid.*, p.136.

²⁴¹ Y. Achour, *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, p.136.

²⁴² J. Pureza, *Para uma Cultura da Paz*, p.16.

As resoluções da ONU sobre a paz pretendem essencialmente dar orientações ao sistema internacional com vista a determinar os pressupostos universais para a paz. A sua finalidade é caracterizada por uma dupla função: prospetiva e normativa. No primeiro caso, consiste na realização de estudos com vista a formular trabalhos de carácter teórico e prático “cujo objetivo é antecipar os processos de formação de uma comunidade mundial”²⁴³. No segundo caso, consiste em formular a legislação necessária para o cumprimento dos Estados.

Para Achour, as resoluções da ONU “representam as perspectivas e os símbolos, por uma política de futuro, e não exatamente as normas”²⁴⁴. Uma das perspectivas mais desejadas é a procura pela paz no mundo, mas a mudança de comportamentos para alcançar este fim deverá partir do indivíduo por sua iniciativa e não por imposição.

O problema da paz sempre foi considerado essencial pela sua urgência; por isso, o recurso à guerra é muitas vezes utilizado por ser o meio mais rápido para terminar as hostilidades.

Ao problema da paz articulam-se outros. Para Fidelino de Figueiredo, a seguir à paz vem o problema do desarmamento geral que é condição fundamental para que a paz subsista. Assim também em Kant, no seu projeto para a paz perpétua se propunha suprimir os exércitos permanentes, pois a sua existência supunha a vontade de se servir deles. Como poderá haver paz se existe uma constante preparação para a guerra, quer em recursos humanos, quer no desenvolvimento de material? Isto significa que não existe diferença de natureza entre a paz e a guerra pois ambas as situações visam contribuir para a supremacia das grandes potências.

A situação de paz envolve mais do que a ausência de guerra. Exige que se criem as condições para que a segurança no mundo subsista. Na opinião de Kofi Annan, a paz “é um fenómeno que envolve desenvolvimento económico e justiça social. Supõe a salvaguarda do ambiente global e o decréscimo da

²⁴³ J. Pureza, *Para uma Cultura da Paz*, p.14.

²⁴⁴ Y. Achour, *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, p.46.

corrida aos armamentos. Significa democracia, diversidade e dignidade; respeito pelos direitos humanos (...)”²⁴⁵.

Outra questão que se coloca, é a de saber se o problema da paz se encontra dentro do domínio político ou dentro do domínio social. Ao abordar esta questão, Kant refere-se à ideia de paz perpétua e considera que se trata de uma questão moral. É por isso, mais do que um problema de domínio social pois para este autor trata-se de uma ideia superior que corresponde ao projeto da humanidade. A ideia da paz perpétua não pode por isso, englobar-se na esfera política porque as suas ações não estão só ao serviço do poder e da ordem, mas também ao serviço dos interesses subjetivos do homem. Isto significa que um Estado usará sempre a força se isso for necessário para obrigar outro Estado a renunciar ao uso da violência. Por outro lado, Fidelino de Figueiredo considera a questão de domínio social porque “a guerra não-somente destrói isso tudo, constitui uma instantânea e arrasadora suspensão da cultura”²⁴⁶. O autor foca-se nas consequências negativas que a guerra produz na sociedade.

Contudo, na prática a questão da paz encontra-se no domínio político e sob o controlo de organizações internacionais, como a UNESCO, a ONU, ou a NATO, tendo por trás os Estados que agem pela preservação da segurança internacional, “tomando para isso medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar as ameaças à paz”²⁴⁷.

A ideia de cultura da paz para a UNESCO não é baseada na ideia de evitar a guerra, mas num aspeto mais positivo de continuidade na preservação da paz. Existem por isso vários recursos à disposição para se agir em situações de conflito, tendo em conta o seu grau de complexidade e desenvolvimento. A via de recurso que é maioritariamente defendida é a tolerância, o diálogo e a compreensão. Contudo, outros recursos podem ser utilizados começando pelas represálias económicas até à defesa através das armas. A guerra passou a ser o último recurso a ser utilizado, em caso de ameaça a um Estado.

²⁴⁵ J. Pureza, “Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz”, p.36.

²⁴⁶ F. Figueiredo, *Entre dois Universos*, p.147.

²⁴⁷ Carta das Nações Unidas, art.1 n.º1 ([http://www.infopedia.pt/\\$carta-das-nacoes-unidas-\(1945\)](http://www.infopedia.pt/$carta-das-nacoes-unidas-(1945)))

Tendo em conta os acontecimentos mundiais da atualidade, podemos considerar que nos encontramos em circunstâncias semelhantes às do período intervalar, caracterizado por Fidelino de Figueiredo, quer pela falta de ideias guiadoras na visão e no rumo para o futuro, no campo político, quer pelo crescente aumento dos problemas sociais e pela instabilidade económica.

O cosmopolitismo vai ao encontro da cultura da paz porque dá relevância às preocupações comuns considerando que neste sentido todos vivemos no mesmo espaço geográfico e existe uma interdependência de recursos e bens que são partilhados por todos. Contudo, esta ideia ainda requer mais desenvolvimento para poder responder aos problemas atuais.

Existe hoje cada vez mais a ideia de que as fronteiras geográficas entre os Estados devem ser esbatidas em benefício da resolução dos problemas comuns da humanidade. A interligação entre os assuntos nacionais e internacionais deve ser um tema a estudar dentro das relações internacionais. Por isso, deve haver uma crescente preocupação por parte dos Estados, em repensar a atual governança. O surgimento de crises dentro e fora dos países denota esta atual necessidade.

Olhando para os assunto internacionais, presenciamos o conflito da Síria e a dificuldade da comunidade internacional tomar uma decisão de colocar fim ao sofrimento deste povo. Este conflito vem levantar questões já antigas como a resolução de crises internacionais através do atual modelo de relações internacionais, a questão da redução de armas estratégicas e a crescente incerteza geopolítica.

Quanto ao atual modelo de relações internacionais, os peritos americanos têm vindo a afirmar que se encontra obsoleto, mas na prática “os políticos não querem renunciá-lo”²⁴⁸. A falta de soluções neste campo tem levado a dificuldades na resolução da atual questão da Síria. A situação tem-se prolongado sem haver fim à vista, contribuindo muito para isso a falta de entendimento entre os EUA e a Rússia.

Estes dois países defendem campos opostos pois “a Rússia tem dado apoio diplomático a Assad, ao exercer o seu direito de veto no Conselho de

²⁴⁸ P. Bykov, “Porque não quis Obama reunir-se com Putin?”, p.42.

Segurança da ONU para bloquear a aprovação de sanções e uma intervenção internacional”²⁴⁹. Mais grave do que isto, o apoio da Rússia abrange também a venda de “mais de 1,12 mil milhões de euros de armas desde o início da guerra civil”²⁵⁰, colocando pela primeira vez em causa a segurança e autoridade da NATO. Desta forma, a Rússia e a NATO podem vir a entrar em confronto lutando uma contra a outra.

Quanto à questão da redução das armas estratégicas, os EUA têm tentado chegar a um acordo com a Rússia, principalmente para a diminuição do número de mísseis nucleares. Esta é uma questão importante para os EUA no âmbito da segurança internacional, no entanto, as negociações com a Rússia não têm sido fáceis pois esta “recusa-se a encetar qualquer negociação sobre uma nova redução de armamento estratégico ofensivo”²⁵¹. Esta dificuldade prende-se também com a alteração de poderes a nível mundial, existindo uma crescente perda de soberania por parte dos EUA, colocando em risco a paz mundial.

A Rússia tomou deste modo uma posição em que recusa “apoiar o sistema de defesa antimíssil americano”²⁵² e por sua vez, dificulta o desenvolvimento deste sistema. Recorde-se que atualmente o número limite de ogivas nucleares estratégicas fixado no acordo em vigor é de 1550.

Outra questão que preocupa a comunidade internacional é a possibilidade do Irão intervir na Síria, uma vez que este país também possui armas nucleares.

No decorrer destes factos surgiu outra ameaça, que se traduziu na utilização de armas químicas por parte do governo de Assad contra os rebeldes, a 21 de agosto de 2013. Foi possível concluir, pelas palavras do porta voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros Sírio que o regime tem armas químicas. Na sua declaração de setembro passado refere que “o regime só utilizaria armas químicas em caso de agressão externa”²⁵³.

²⁴⁹ O. Matthews, “Para Washington, Moscovo é um tigre de papel”, p.46.

²⁵⁰ O. Matthews, “Para Washington, Moscovo é um tigre de papel”, p.46.

²⁵¹ P. Bykov, “Porque não quis Obama...”, p.44.

²⁵² Id., *ibid.*, p.45.

²⁵³ H.Lafranchi, “Tudo o que precisa de saber sobre o sarin em seis pontos”, p.48.

Verificamos um aumento de tensão entre os vários países envolvidos e ao mesmo tempo um sistema internacional bloqueado, sem conseguir dar resposta aos problemas. Por outro lado, as tensões aumentam com o regime Sírio a demonstrar que está disposto a tudo para se manter no poder.

A par desta grave crise internacional na Síria, podem-se ainda enumerar outros, como a instabilidade na Bósnia-Herzegovina, os conflitos entre a China e o Japão, e mais recentemente o conflito na Ucrânia.

Constatamos a perda de liderança por parte dos EUA, na possível tomada de decisões para a resolução destes conflitos mundiais, levando-nos a crer que o mundo se encontra desregulado e sem rumo. Advém daqui o perigo para a segurança internacional ser acrescido.

Tal como no período intercalar em que Fidelino de Figueiredo identificou a falta de cultura, de valores condutores e de liderança política, assim também podemos reconhecer estas características na atualidade.

A solução que o autor nos deixa para o problema da paz, consiste na reunião dos homens em organizações internacionais, a que chama convívio organizado entre os homens. Contudo, Fidelino de Figueiredo presenciou o falhanço da Sociedade das Nações, constatando-se que nem sempre esta é a melhor solução se não existirem interesses convergentes entre as partes.

Mas atualmente, sucede que os interesses entre os Estados têm uma tendência para se aproximar cada vez mais, levando a uma maior abertura para o diálogo, apesar de em certas situações o diálogo parecer ainda uma opção impossível para se chegar à paz.

No entanto, podemos considerar que este autor teve uma visão abrangente da realidade do seu tempo, permitindo-lhe compreender que a resolução dos problemas futuros depende da capacidade dos Estados para ultrapassar as fronteiras, podendo-se concluir assim pela atualidade das suas análises.

7. Capítulo Conclusivo

Da análise da obra de Fidelino de Figueiredo evidenciam-se preocupações e angústias quanto ao futuro e uma grande incerteza no desenrolar dos acontecimentos, mas ao mesmo tempo retiramos esperança e uma atitude positiva de confiança no Homem, que conseguiu sempre na História ultrapassar as suas dificuldades.

O autor presenciou a incerteza do período intercalar e o fracasso do tratado de Versalhes. A presença do presidente Wilson trazia confiança, pois vinha acrescentar a contribuição dum Estado externo e independente dos acontecimentos para a resolução do problema da paz. Perante o congresso expõe uma visão mais universalista defendendo o direito dos povos à sua autodeterminação. A ideia nacionalista dos povos disporem de si mesmos não apresentou grande evolução na melhoria das relações internacionais, produzindo em certos casos efeitos contrários quando se verifica a sua exacerbação levando a situações extremas como o nazismo e o genocídio de judeus.

Com a sucessão de duas Grandes Guerras, o mundo transforma-se a vários níveis, destacando-se os progressos na ciência pura e na aplicação técnica. Para Fidelino de Figueiredo estes acontecimentos constituem uma nova esperança para a humanidade apesar de para o autor a ciência ainda não ser cultura. A ciência pode ser usada a favor do mal, como se verificou nas duas Grandes Guerras contribuindo para a degradação das condições da humanidade. A ciência usada a favor do bem, permitiu nesta época uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas não constituiu uma base sólida para o desenvolvimento humano pois no seu entendimento a ciência visa só alguns, enquanto que a cultura visa conduzir todos.

Quanto à possibilidade de uma paz mundial, o autor refere que esta só será possível através de uma cooperação e associação pacífica através do convívio organizado entre os povos, para a discussão dos problemas mundiais. Vários acontecimentos começaram a desenvolver-se na sua época no sentido de

estreitar relações entre os povos através da constituição de organizações internacionais, que ainda hoje se encontram em funções, como é o caso da UNESCO, da ONU e da NATO.

Por outro lado, tem-se verificado uma tendência cada vez maior para os Estados se integrarem em comunidades resolvendo problemas comuns em assuntos políticos, regionais ou militares, pois como Fidelino de Figueiredo refere a Terra é cada vez mais pequena, permitindo a fácil comunicação entre os países.

Esta mudança de comportamento foi referenciada por Fidelino de Figueiredo que considerou uma marca de evolução e maioria pois consistiu num despertar para uma nova forma de agir.

Por oposição a uma ideologia nacionalista, estas organizações defendem a cooperação entre os Estados para a resolução de assuntos comuns pois cada vez mais o âmbito nacional e internacional estão interligados.

Vários autores se questionaram sobre a resolução do problema da paz e como vimos apresentaram soluções. Verificámos em J. Cravinho a resolução do problema do *défice democrático* através de um maior envolvimento da população nestas questões. No mesmo sentido, vem J. Pureza sugerir a criação da cidadania cosmopolita, valorizando a participação e discussão dos assuntos da paz. Vimos também a contribuição de Kant na sua reflexão sobre a paz perpétua onde sugere a criação do direito cosmopolita apesar de admitir as suas limitações, pois é uma solução que só por si não resolve o assunto da paz.

A solução da reunião dos governos do mundo, como refere o autor é uma via desejável para a paz mundial, contudo, sabemos hoje que não é suficiente para garantir a paz.

A doutrina do cosmopolitismo como modelo social e político no mundo é defendida por vários autores como uma possível solução ao modelo vestefaliano que vigora atualmente. Apesar de não ser um modelo perfeito, vai ao encontro da cultura da paz porque dá relevância às preocupações comuns dos países tentando encontrar uma solução. Considerou-se que pelas ideias que Fidelino de Figueiredo apresenta, há da parte do autor uma defesa pelo cosmopolitismo kantiano, que se revela não só pela abertura dos países ao

mundo ultrapassando a barreira das fronteiras, como também dar o direito das pessoas terem a possibilidade de partilhar ideias com outras nações.

Contudo, o modelo cosmopolita requer ainda mais desenvolvimento e não tem conseguido na atualidade responder a todos os problemas. O atual momento de transição paradigmática em que nos encontramos, leva-nos a pensar em novos modelos de governança para o mundo, de forma a responderem aos desafios na segurança internacional.

Do pensamento de Fidelino de Figueiredo retiramos também uma visão muito humanista da sociedade continuando a acreditar que é possível existir paz mundial, mesmo depois de duas Grandes Guerras. O seu sentido de globalidade, igualdade e solidariedade e respeito entre todos os países são aspetos que pretende ver valorizados pois só através da representação destes valores na sociedade pode existir paz.

A paz deriva então da cultura que cada um ou cada nação acrescenta ao mundo, sendo importante a valorização da educação para o homem poder pensar por si, sem ser influenciado nas suas decisões. Verificamos que neste sentido o autor faz a distinção entre maioria e minoria, utilizando-a quer a nível pessoal, quer ao nível dos povos ou nações.

Tal como no período intercalar, em que o autor identificou a falta de cultura, de valores condutores e de liderança política, assim também podemos reconhecer estes problemas na atualidade.

Apesar da solução apresentada pelo autor, na defesa do convívio organizado entre os homens não ser completa a todos os níveis, o autor teve contudo uma visão abrangente da realidade do seu tempo, permitindo-lhe compreender que a resolução dos problemas futuros depende da capacidade dos Estados para ultrapassarem as fronteiras. Deve-se no entanto ter em conta que ultrapassar as fronteiras não se traduz apenas nas barreiras físicas que cada Estado apresenta, mas também as barreiras culturais, sociais ou económicas. Significa uma maior aproximação entre os Estados e para isso se criaram várias organizações mundiais que pretendem responder a muitas dessas necessidades. O caminho para paz continua em formação pois a História é uma contínua

sucessão de acontecimentos que permite criar as condições necessárias para a evolução da humanidade.

Podemos concluir assim, pela atualidade do pensamento de Fidelino de Figueiredo.

8.Cronologia

- . 1889: nasce Fidelino de Figueiredo
- . 1910: implantação da República Portuguesa; Fidelino de Figueiredo termina o curso de ciências histórico-geográficas na Faculdade de Letras de Lisboa.
- . 1914: início da I Guerra Mundial
- . 1917: revolução russa
- . 1918: termina a I Guerra Mundial
- . 1919: criação da Liga das Nações; assinatura do tratado de Versalhes que criou a Sociedade das Nações; a classe operária conquista, em França, a jornada de oito horas de trabalho
- . 1925: tratado de Locarno
- . 1926: Fidelino de Figueiredo foi preso e julgado, juntamente com outros políticos
- . 1928: tratado Briand-Kellogg
- . 1929: Fidelino de Figueiredo volta-se exclusivamente para a sua obra, cursos e conferências
- . 1930: escreve o ensaio “motivos de novo estilo”
- . 1932: Salazar é empossado chefe do Governo; a França e a URSS assinam um pacto de não agressão
- . 1933: escreve o ensaio “menoridade da inteligência” e “interpretações”
- . 1934: França, Reino Unido e Itália manifestam a sua adesão à independência da Áustria
- . 1935: França e URSS assinam uma nova aliança bilateral
- . 1936: escreve o ensaio “dever dos intelectuais”; Bélgica quebra o acordo com a França e Reino Unido
- . 1939: início da II Guerra Mundial
- . 1941: conferência anglo-americana onde é elaborada a Carta do Atlântico
- . 1943: escreve o ensaio “cultura intervalar”
- . 1944: publicação do livro *Cultura Intervalar*
- . 1945: termina a II Guerra Mundial; conferência de Yalta; lançamento da bomba atômica no Japão; projeto de lei May-Johnson; criação da Organização das Nações Unidas
- . 1946: conferência de Paris; criação da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas; projeto de lei MacMahon; experiência da bomba atômica na ilha de Bikini
- . 1957: reunião de cientistas na Nova Escócia
- . 1958: reunião de cientistas no Quebec e Viena de Áustria
- . 1959: publicação do livro *Entre Dois Universos*
- . 1966: publicação do livro *Ideias de Paz*
- . 1967: morte de Fidelino de Figueiredo
- . 1998: criação de um programa de Ação sobre a cultura da paz, na Assembleia das Nações Unidas
- . 2000: UNESCO define o caminho para a cultura da paz no Manifesto 2000
- . 2001: atentado de Al-Qaeda aos EUA.

9.Referências Bibliográficas

- ACHOUR, Yadh B. (2003) *Le Rôle des Civilisations dans le Système International*, Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, Bruylant.
- AMORA, António Soares (1989) *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- BURNS, Edward (1981) *História da Civilização Ocidental*, III volume, 1ª Edição, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BYKOV, Pavel (2013) “Porque não quis Obama reunir-se com Putin?”, *Revista Courrier Internacional*, Paço de Arcos, n.º 212, outubro de 2013, pp. 42-45.
- CARNEIRO, Mário (2004) *O Pensamento Filosófico de Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- CARPENTIER, Jean; LEBRUM, François (2002) *História da Europa*, 3ª Edição, Lisboa, Estampa.
- CARR, Edward H. (1981) *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, São Paulo, Editora Universidade Brasília.
- CRAVINHO, João Gomes (2008) *Visões do Mundo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CUCHE, Denys (1999) *A noção de cultura nas ciências sociais*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Fim de Século.
- DESCARTES, René (1986) *Discurso do Método*, Grandes Obras, 3ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste (1993) *Histoire diplomatique de 1919 à nous jours*, 11ª Edição, Paris, Dalloz.
- ESTRADA, Isabel (2001) “De Vestefália ao Projecto Pós-Nacional”, in José Manuel Pureza, Org., *Para uma Cultura da Paz*,_Coimbra, Quarteto Editora.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1966) *Ideias de Paz*, Lisboa, Portugalíia.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1959) *Entre dois Universos*, Lisboa, Editora Guimarães.

- FIGUEIREDO, Fidelino de (1967) *Paixão e Ressurreição do Homem*, Editora Portugália.
- FIGUEIREDO, Nuno (1947) *O Problema da Energia Atómica*, Problemas do Nosso Tempo, Lisboa, Cosmos.
- FIGUEIREDO, Nuno (1947) *O Sistema de Segurança Colectivo*, Nº 128, Problemas do Nosso Tempo, Lisboa, Cosmos.
- HABERMAS, Jurgen (1993) *Técnica e Ciência como Ideologia*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Lisboa, Edições 70.
- KANT, Immanuel (1992) *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Textos Filosóficos, Lisboa, Edições 70.
- LAFRANCHI, Howard (2013) “Tudo o que precisa saber sobre o sarin em seis pontos”, *Revista Courier Internacional*, Paço de Arcos, n.º212, outubro de 2013, pp.47-48.
- LE BON, Gustave (1916) *Première Conséquences de la Guerre*, Transformation Mentale des peuples, Paris, Ernest Flammarion ed.
- LIMA, Sílvio (2002) *Obras completas de Sílvio Lima – Ensaio sobre a essência do ensaio*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTHEWS, Owen (2013) “*Para Washington, Moscovo é um tigre de papel*”, *Revista Courier Internacional*, Paço de Arcos, n.º212, outubro de 2013, pp.46-47.
- MATTOSO, José (1998) (coord.) *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- OVERY, Richard (2005) *Os Ditadores. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline*, Lisboa, Bertrand Editora.
- PUREZA, José Manuel (2001) “Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz”, in José Manuel Pureza, Org., *Para uma Cultura da Paz*, Coimbra, Quarteto.
- PUREZA, José Manuel (2000) *Estudos para a Paz e Cultura da Paz*, colóquio: “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.
- RÉMOND, René (2011) *Introdução à História do nosso tempo*, 4ª Edição, Lisboa, Gradiva.
- RENOUVIN, Pierre (1962) *La crise européenne et la première Guerre Mondiale*, Paris, Presses Universitaires de France.

- RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (1998) *Para uma História Cultural*, 1ª Edição, Lisboa, Estampa.
- SOULIER, Gérard (1994) *A Europa, História, Civilizações, Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SHWANITZ, Dietrich (2005) *Cultura*, 5ª Edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ZORGBIBE, Charles (1997) *Historia de las relaciones internacionales*, 1, Madrid, Alianza.

JORNAIS NACIONAIS

- Registo Civil de Évora

s/a.: 6 de janeiro de 1946, "A cidade interdita", *Diário de Notícias*, Lisboa, p.1.

s/a.: 30 de junho de 1946, "O objectivo da experiência, segundo o Daily Telegraph", *Diário de Notícias*, Lisboa, p.3.

s/a.: 6 de janeiro de 1946, "O silêncio da Imprensa e da Rádio", *Diário de Notícias*, Lisboa, p.2.

s/a.: 30 de junho de 1946, "Tudo a postos para a grande experiência de Bikini", *Diário de Notícias*, Lisboa, p.1.

s/a.: 15 de junho de 1946, "Um sábio francês propõe a greve da investigação atômica", *Diário de Notícias*, Lisboa, p.3.

FONTES INFORMÁTICAS

- AAVV, Cultura de Paz: da reflexão à ação, Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo (em linha) (2010), p.45-77 (consult. 10/09/2013). Disponível na internet: URL: unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf
- Carta das Nações Unidas (em linha) (1945) (consult. 07/03/2014). Disponível na internet: URL: [http://www.infopedia.pt/\\$carta-das-nacoes-unidas-\(1945\)](http://www.infopedia.pt/$carta-das-nacoes-unidas-(1945))
- LINHARES, Temístocles - Requiem para Fidelino de Figueiredo. REVISTA LETRAS (em linha). Vol.7 (1967) p.92 (consult. 12-09-2013). Disponível na internet: URL: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19782>
- ONU, Resolution adopted by the General Assembly, Culture of Peace, GENERAL ASSEMBLY (em linha) Fifty-second session, (1998) Agenda item 156, A/RES/52/13 (consult. 21/10/2013). Disponível na internet: URL: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/52/13&Lang=E
- TOMÉ, Luís - Imperativos de Ação nas Relações Internacionais. VII Curso Livre de História Contemporânea: Portugal, a Europa e o Atlântico (em linha). conferência na Fundação Mário Soares (2004) (consult. 15/05/2013). Disponível na internet: URL: http://www.fmsoares.pt/aeb/curso_especifico?curso=VII
- UNESCO, Manifesto 2000, (em linha) (2010) (consult. 02/06/2013). Disponível na internet: URL: www3.unesco.org/manifesto2000/uk/uk_6points.htm
- UNESCO, Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (em linha) (2005), p.3-10 (consult. 15/09/2013). Disponível na internet: URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

UNESCO, Introducing UNESCO (em linha) (consult. 07/11/2013). Disponível na internet: URL: en.unesco.org/about-us/introducing-unesco